

# boletim paradigma



vol 08  
ago 2013

ISSN 2176-3445

Uma breve descrição da ansiedade:  
Do comportamento respondente ao responder relacional

Análise do comportamento para além da psicologia

História de vida: Sergio Vasconcelos de Luna

Consistência: Regra de ouro na educação

Breve reflexão sobre análise do  
comportamento e sustentabilidade

Certificação de analistas do comportamento:  
Problemas, controvérsias, procedimentos, critérios, etc.

Comportamento em cena: *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas*

Resenha do livro *Relações conjugais: Discutindo alternativas para melhor qualidade de vida – Análise do comportamento e terapia cognitivo-comportamental com casais*

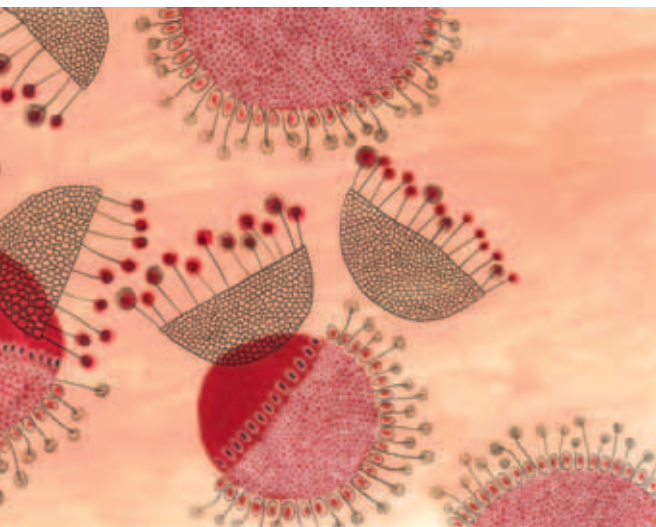


Ilustração da capa: Sílvia Amstalden

O Núcleo Paradigma é um centro de pesquisa, ensino e assistência, localizado na cidade de São Paulo, no bairro de Perdizes. Fundado em 2005, tem como objetivo a busca de soluções para problemas relacionados ao comportamento humano, oferecendo os seguintes serviços e atividades:

Formação em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, aprimoramento e extensão, atualização e capacitação profissional.

Clínica multidisciplinar composta por terapeutas, psiquiatras, acompanhantes terapêuticos (ATs) e terapeutas ocupacionais, que trabalham sob a perspectiva analítico-comportamental no atendimento de crianças, adolescentes, adultos, idosos, casais, famílias, pessoas com desenvolvimento atípico e transtornos psiquiátricos.

Eventos culturais que promovem o diálogo da psicologia com diferentes áreas do conhecimento e da arte.

# boletim paradigma

Uma publicação do Núcleo Paradigma,  
Ensino e Consultoria em Psicologia Ltda.  
São Paulo, vol. 8, agosto de 2013.

## Coordenação Editorial

Roberta Kovac

## Assistente Editorial

Dante Marino Malavazzi

## Revisão

Dante Marino Malavazzi

## Comissão executiva

Roberta Kovac

Joana Singer Vermes

Denis Zamignani

Roberto Alves Banaco

Candido Pessôa

## Projeto gráfico e diagramação

Sílvia Amstalden



Núcleo Paradigma, Ensino e  
Consultoria em Psicologia Ltda.  
Rua Wanderley, 611  
Perdizes, São Paulo-SP  
CEP: 05011-001  
TEL: 55 11 38649732

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)  
[contato@nucleoparadigma.com.br](mailto:contato@nucleoparadigma.com.br)

Agosto 2013  
Tiragem: 5.000 exemplares  
ISSN 2176-3445

# Sumário

## Editorial 2

### Teoria e Aplicação 5

Uma breve descrição da ansiedade:

Do comportamento respondente ao responder relacional

Ila Linares, William Perez e Yara Nico

### Na Estante 13

Resenha do livro *Relações conjugais: Discutindo alternativas para melhor*

*qualidade de vida – Análise do comportamento e terapia cognitivo-*

*comportamental com casais*, organizado por Carla de Zeglio, Ítor Finotelli Jr.

e Oswaldo M. Rodrigues Jr. Editora Zagodoni (São Paulo), 2013

Tatiana Araújo de Almeida

### Opinião 18

Certificação de analistas do comportamento:

Problemas, controvérsias, procedimentos, critérios, etc.

Silvio Paulo Botomé

### História de Vida 29

Sergio Vasconcelos de Luna

por Cláudia Coimbra, Fernando Cassas, Natália Matheus e Denigés Régis Neto

### Matéria 32

Análise do comportamento para além da psicologia

Dante Marino Malavazzi

### Análise do Comportamento Aplicada à Infância 36

Consistência: Regra de ouro na educação

Lygia Dorigon e Ana Beatriz Chamati

### Comportamento em Cena 38

*Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas:*

Um convite à reflexão sobre a relação entre pais e filhos

Denis Roberto Zamignani e Roberto Alves Banaco

### Análise do Comportamento e Sociedade 42

Breve reflexão sobre análise do comportamento e sustentabilidade

Candido Pessoa

# Editorial

Caríssimos amigos e colegas,

O *Boletim Paradigma* é uma publicação anual. Desde o início, tem por objetivo levar à comunidade de analistas do comportamento textos atuais e úteis. Além disso, é uma oportunidade de contar a vocês o que temos feito em nosso grupo, quais os novos projetos e as principais novidades.

Neste ano, nossa principal notícia é o lançamento do Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada: o primeiro Mestrado Profissional em Psicologia no Brasil recomendado pela CAPES. Em nível de pós-graduação *stricto sensu*, coordenado por Roberto Banaco e Denis Zamignani, trata-se de um curso voltado àqueles que desejam o título de mestre – tão importante para a solidificação de conhecimento, para a docência e para a condução de pesquisas –, bem como a aplicação do conhecimento na vida prática. Em outras palavras, o Mestrado Profissional é para quem pretende desenvolver tecnologia e utilizar o conhecimento adquirido na solução de problemas humanos, onde quer que seja. Sendo assim, nosso Mestrado Profissional abre as portas para diversas áreas do conhecimento e convida profissionais variados a estudarem e a trabalharem conosco.

Não à toa, este volume do *Boletim Paradigma* inclui uma matéria escrita por Dante Malavazzi com depoimentos de profissionais de áreas distintas, os quais indicam as contribuições da análise do comportamento a seus respectivos campos de atuação. Ao mesmo tempo, esta edição apresenta um texto de Silvio Botomé sobre um tema ainda incipiente no Brasil: as certificações em análise do comportamento.

Na seção Teoria e Aplicação, Ila Linares, William Perez e Yara Nico fazem uma breve descrição da ansiedade, envolvendo desde o comportamento respondente até o chamado *responder relacional*. Tatiana Almeida assina uma resenha sobre o livro *Relações conjugais: Discutindo alternativas para melhor qualidade de vida – Análise do comportamento e terapia cognitivo-comportamental com casais*, organizado por Carla de Zeglio, Ítor Finotelli Jr. e Oswaldo M. Rodrigues Jr.

A seção História de Vida é dedicada ao professor Sergio Luna, tendo como autores seus alunos Cláudia Coimbra, Fernando Cassas, Natália Matheus e Denigés Régis Neto. Por sua vez, Lygia Dorigon e Ana Beatriz Chamati discorrem sobre a importância dos pais serem consistentes na educação dos filhos. Por fim, este volume traz ainda uma análise de Denis Zamignani e Roberto Banaco sobre o filme *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas*, assim como uma reflexão de Candido Pessoa acerca da produção da análise do comportamento relativa à *sustentabilidade*.

Preparamos este *Boletim Paradigma* com muito carinho, orgulhosos por fazermos parte de uma comunidade que vem crescendo, fortalecendo-se e ganhando destaque no Brasil e no mundo.

Um forte abraço,  
Candido Pessoa  
Denis Roberto Zamignani  
Joana Singer Vermes  
Roberta Kovac  
Roberto Banaco

## formação em CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL INFANTIL

### coordenação

**JOANA SINGER VERMES E  
MIRIAM MARINOTTI**

### objetivos

O curso tem como objetivo desenvolver o profissional para a prática da clínica infantil, com base na análise do comportamento. Serão oferecidos conhecimentos teóricos, técnicos e éticos que capacitarão o terapeuta para um trabalho de qualidade com o público infantil.

### estrutura

O curso é composto por 45 horas de aulas teóricas (que podem ser cursadas de forma independente), 54 horas de supervisão e, no mínimo, 25 horas de prática clínica.

### professores

Ana Beatriz Chamati, Ana Carolina Macchione, Daniel Del Rey, Cássia Leal da Hora, Giovana Del Prette, Jaíde Regra, Joana Singer Vermes, Lygia Dorigon, Miriam Marinotti, Pedro Zuccolo, Tauane Gehm

### temas das aulas teóricas

- Caracterização da infância e da terapia infantil
- Condução de primeiras sessões
- A relação terapêutica na clínica infantil
- A orientação de pais
- Relação com escola e com outros profissionais
- Aspectos éticos da terapia infantil
- Contribuições da neuropsicologia no atendimento a crianças
- Técnicas da clínica infantil
- Aspectos do desenvolvimento infantil
- Depressão infantil
- O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
- Dificuldades escolares
- Enurese e encoprese
- Questões relacionadas às habilidades sociais
- Problemas de ansiedade
- Agressividade e comportamento opositor
- Problemas relacionados à alimentação e ao sono



núcleo  
**paradigma**  
análise do comportamento

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)  
Rua Wanderley, 611  
Perdizes São Paulo/SP  
Tel. 11 3864 9732

aprimoramento

# ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E ATENDIMENTO EXTRACONSULTÓRIO

coordenação

**FERNANDO A. CASSAS**  
**ROBERTA KOVAC**

professores e supervisores

Fernando A. Cassas  
Roberta Kovac  
Denís Zamignani  
Gislayne Baumgarth  
Daniel Del Rey  
Dante Malavazzi  
Natália Matheus  
e convidados

público-alvo

profissionais e estudantes  
das áreas da saúde e  
educação

**carga horária total de 190 horas**

**Módulo teórico de 59 horas**  
**terças-feiras, das 19h às 22h30**

**disciplinas**

- análise de contingências
- estratégias de intervenções
- questões da prática

**Módulo prático de 71 horas**  
supervisão: 51 horas  
estágio: 20 horas

núcleo  
**paradigma**  
análise do comportamento

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)  
Rua Wanderley, 611  
Perdizes São Paulo/SP  
Tel. 11 3864 9732

# Teoria e Aplicação

## Uma breve descrição da ansiedade: Do comportamento respondente ao responder relacional

Ila Linares, William Perez e Yara Nico

Sob a ótica da análise do comportamento, o “medo” pode ser caracterizado por um conjunto de respostas posteriores à apresentação de estímulos aversivos incondicionados ou de operações de punição (Millenson, 1967/1975). Em muitos casos, a apresentação de estímulos que eliciam medo é sistematicamente antecedida por outros estímulos, os quais tornam-se aversivos condicionados e passam a ser temidos tanto quanto os incondicionados. Estímulos aversivos incondicionados ou condicionados também comumente evocam respostas de fuga e esquiva (Sidman, 1989/2003), geralmente denominadas “ansiedade”.

A ansiedade é caracterizada por Estes e Skinner (1941) como a “antecipação de um estímulo perturbador futuro” (p. 390). Tal resposta tem grande valor adaptativo, uma vez que existe relação direta entre seu nível de expressão e a eficiência no desempenho em determinada atividade (Graeff & Guimarães, 2001). Por exemplo, no caso de uma prova, respostas ditas de ansiedade aumentam a vigília daquele que a realiza. No entanto, quando o nível de ansiedade ultrapassa determinado limiar (variável para cada indivíduo), é comumente observada uma

desproporção entre o evento temido e a ameaça causada pelo mesmo (Gentil, 1997). Nesses casos, observa-se sofrimento significativo e prejuízo em diferentes áreas da vida do indivíduo, podendo culminar no desenvolvimento de psicopatologias (Hetem, 2004).

A quarta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV)* apresenta os seguintes transtornos de ansiedade: (a) transtorno de ansiedade generalizada, (b) transtorno do pânico, (c) agorafobia, (d) fobia social, (e) transtorno obsessivo-compulsivo, (f) fobia específica e (g) transtorno de estresse pós-traumático (American Psychiatric Association [APA], 1994). Os transtornos de ansiedade representam o grupo de transtornos psiquiátricos com maior prevalência. Estima-se que 28.8% da população americana apresente, ao longo da vida, algum transtorno de ansiedade (Kessler et al., 2005) – o que destaca a importância desse quadro.

Na prática clínica, as principais queixas relacionadas à ansiedade são de extremo sofrimento, composto por respostas fisiológicas como taquicardia, tremores, sensação de falta de ar, sudorese e tontura. Adicionalmente, é

observado padrão de esquiva em relação aos estímulos temidos e respostas frequentes de verificação. Muitas vezes, a busca por ajuda só ocorre quando o grau de desconforto decorrente da ansiedade é substancial.

Tendo em vista a amplitude e a imprecisão da resposta emocional em questão, pesquisas buscam identificar e compreender, sob variados aspectos, os processos responsáveis pelos efeitos conhecidos como ansiedade (Zamignani & Banaco, 2005), a fim de auxiliar a prática clínica. Coelho e Tourinho (2008) apontam que a ansiedade tem sido analisada sob a ótica de aspectos fisiológicos, dos condicionamentos respondente e operante, além de relações verbais, não verbais e motivacionais.

Tourinho (2006) ressalta que o entendimento de eventos privados varia ao longo de um continuum de complexidade, repleto de entrelaçamentos que compõem o fenômeno estudado. A complexidade em questão tem como base o selecionismo Skinneriano, pautado em variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais (Skinner, 1953/1981). Diante do exposto, serão apresentadas algumas das explicações analítico-comportamentais que compõem o entendimento da ansiedade. Tais explicações representam diferentes níveis de análise e de complexidade desse fenômeno.

### Condicionamento Reflexo

Baseados nas descobertas de Pavlov (1849-1936) sobre condicionamento clássico, Watson e Morgan (1917) procuraram explicar como eram estabelecidas respostas de medo frente a objetos previamente neutros. Wolpe e Rachman (1960) recuperaram essa explicação no estudo das fobias, ao proporem uma alternativa às interpretações psicanalíticas vigentes na época.

O condicionamento clássico ou respondente, vale lembrar, é entendido pela relação estímulo-estímulo, ou seja, pelo pareamento entre um estímulo “neutro” e um estímulo incondicionado (ver Catania [1998/1999], para uma revisão didática). Esse tipo de condicionamento possibilita a construção de novas relações estímulo-resposta, nas quais um estímulo antes neutro passa a eliciar respostas reflexas.

Na clínica, portanto, o condicionamento respondente auxiliaria a explicar por que um estímulo antes neutro (e.g., elevador) passa a eliciar respostas de ansiedade (e.g., taquicardia, sudorese e tremor) após pareamento com es-

Além de ser uma resposta reflexa frente a um estímulo condicionado, a ansiedade também é constituída de respostas operantes antecedidas por estímulos incondicionados e condicionados.

tímulo incondicionado (e.g., baixa oxigenação gerada por enclausuramento no elevador), ou seja, como o estímulo condicionado passa a ser temido tanto quanto o incondicionado.

### Condicionamento Operante

Além de ser uma resposta reflexa frente a um estímulo condicionado, a ansiedade também é constituída de respostas operantes antecedidas por estímulos incondicionados e condicionados. Como se sabe, o comportamento operante é aquele que produz consequências que alteram a sua probabilidade de ocorrência. A ansiedade, quando analisada a partir de relações operantes, é também constituída de respostas de fuga ou esquiva, ou seja, de respostas que eliminam ou evitam a apresentação do estímulo ansiogênico. Assim, tais respostas costumam ser reforçadas negativamente (Sidman, 1989/2003).

Para além dos aspectos respondentes, o caráter clínico da ansiedade decorre, em grande parte, das consequências das respostas de es-



quiva emitidas. Isso porque respostas de evitação interferem em contingências importantes da vida do indivíduo (e.g., evitar entrar em elevadores). Por isso, a prevalência da relação de reforçamento negativo (fuga/esquiva) é, em geral, acompanhada por um déficit de relações por reforçamento positivo (Augustson & Dougher, 1997). Nesse sentido, faz-se necessário não só identificar relações respondentes ou respostas de fuga/esquiva frequentes, mas também as contingências controladoras das respostas de fuga/esquiva (Sidman, 1989/2003).

### Interação Operante-Respondente: Paradigma de Supressão Condicionada

Embora comumente estudadas de maneira separada, relações operantes e respondentes se inter-relacionam continuamente. Skinner (1953/1981) destaca a relevância dessa combinação para o melhor entendimento das emoções.

A *supressão condicionada* é um exemplo experimental do estudo da interação entre relações operantes e respondentes. Investigado inicialmente por Estes e Skinner (1941), tal paradigma diz respeito à supressão de comportamento operante após a apresentação de um estímulo aversivo condicionado. Estes e Skinner submeteram ratos privados de alimento a um esquema de intervalo fixo (FI) de pressão à barra. Além desse esquema, um som seguido de choque era apresentado uma vez a cada hora, por determinado período de tempo. A apresentação repetida do som e do choque independia das respostas emitidas pelos sujeitos. Aos poucos, notou-se a redução das respostas de pressão à barra, positivamente reforçadas em FI, quando o som que precedia o choque era apresentado. A redução das respostas de pressão à barra foi diretamente proporcional ao estabelecimento do condicionamento respondente, indicando uma interação entre o

condicionamento respondente de estímulos aversivos e a supressão de respostas operantes, reforçadas positivamente.

Apesar das contribuições provenientes do estudo de relações respondentes, operantes e da interação entre elas, algumas limitações dessas explicações são apontadas na compreensão total da ansiedade. Afirma-se que os paradigmas descritos até aqui estudam apenas a ansiedade decorrente de histórias diretas de condicionamento (Menzies & Clarke, 1995).

Compreender a ansiedade com base (exclusivamente) nas relações respondentes, operantes e na interação operante-respondente é deixar de lado outros aspectos que precisam ser considerados sob uma ótica analítico-comportamental. À medida que o estudo da ansiedade progride num continuum de complexidade, deve abranger também outros aspectos, como o fato de que humanos, especialmente aqueles verbalmente competentes, podem responder sob controle de relações arbitrárias entre estímulos (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001; Sidman, 1994).

### Responder Relacional<sup>1</sup>

A compreensão de um componente relacional envolvido na ansiedade permite explicar o caráter “simbólico” do fenômeno – uma vez que funções aversivas, tanto respondentes como operantes, podem ser adquiridas por um determinado estímulo porque ele pertence a uma rede de relações simbólicas, arbitrariamente estabelecidas. Nesse caso, a função aversiva é adquirida sem que esse estímulo tenha participado de alguma história de condicionamento direto. Dados obtidos nos estudos sobre equivalência de estímulos (Sidman, 1994) e na *relational frame theory* (RFT) ou teoria dos quadros relacionais, em português (Hayes et al., 2001), confirmam essa possibilidade.

Algumas pesquisas (e.g., Augustson & Dougher, 1997) sugerem que esse nível de análise oferece uma explicação operante que responde às críticas apresentadas por alguns autores, tais como a dificuldade das teorias de condicionamento em explicar adequadamente porque, mesmo com repetidas exposições, as reações de ansiedade muitas vezes não entram em extinção (Marks, 1981), bem como a dificuldade em transpor as regras de generalização de estímulos, comumente aplicadas em animais, para explicar casos complexos com humanos, como o estabelecimento de representações abstratas (Marks, 1987).

### Equivalência de Estímulos e Transferência de Função

Nas décadas de 1980 e 1990, estudos sobre equivalência de estímulos contribuíram ao entendimento de fenômenos ditos cognitivos, como o comportamento simbólico e a criatividade.

Sidman e Tailby (1982) estudaram como relações condicionais entre estímulos podem resultar em outras relações não ensinadas diretamente (*relações emergentes* ou *derivadas*). Para isso, submeteram os participantes (oito crianças entre 5 e 7 anos de idade) a um procedimento de *matching to sample* (MTS) ou emparelhamento com o modelo. O MTS é composto por um conjunto de tentativas previamente estruturadas para ensinar relações entre dois conjuntos de estímulos (i.e., estímulos-modelo e estímulos-comparação), no contexto de uma discriminação condicional. As tentativas caracterizam-se pela apresentação de um estímulo-modelo (e.g., A1) e de estímulos-comparação (e.g., B1 e B2), dos quais apenas um pode ser escolhido. O estímulo-comparação designado como “correto” a cada tentativa depende do es-

tímulo-modelo apresentado (e.g., se o modelo for A1, então o comparação correto será B1; se for A2, então B2).

Quando relações condicionais são estabelecidas entre estímulos, frequentemente verifica-se que os estímulos relacionados durante o trei-

Compreender a ansiedade com base (exclusivamente) nas relações respondentes, operantes e na interação operante-respondente é deixar de lado outros aspectos que precisam ser considerados sob uma ótica analítico-comportamental.

no passam a ser substituíveis uns pelos outros em diversos contextos. Por exemplo, quando a ordem de apresentação dos modelos e comparações usados durante o treino é modificada (i.e., simetria), o participante costuma ser capaz de responder a relações que não foram diretamente ensinadas (e.g., escolher A1 como comparação, se B1 for apresentado como modelo), mas que foram derivadas daquelas aprendidas durante o treino das relações condicionais. De modo semelhante, quando estímulos que não foram diretamente relacionados durante o treino, mas que foram relacionados a um terceiro estímulo em comum, são apresentados conjuntamente, o participante também pode responder a relações que não foram diretamente ensinadas (e.g., tendo aprendido a responder a B1 diante de A1 e a C1 diante de B1, o participante também responde a C1 diante de A1 [transitividade], e vice-versa [equivalência]).

Essa possibilidade de substituição é demonstrada também pelo fato de que, muitas vezes, quando uma dada função é estabelecida para um dos estímulos de uma classe de equivalência, essa função passa a ser apresentada pelos demais estímulos, na ausência de qualquer tipo de treino direto. Esse fenômeno é denominado *transferência de função* (Dymond & Rehfeldt, 2000).

Respostas emocionais estabelecidas por processos “simbólicos”, as quais não seriam explicáveis pelo condicionamento reflexo de forma isolada, foram investigadas com base na transferência de função via formação de classes de estímulos equivalentes (Dougher, Augustson, Markham, Greenway & Wulfert, 1994). Alguns experimentos buscam investigar essa questão estudando como palavras e outros símbolos podem adquirir, de maneira indireta, funções aversivas – tais como eliciar a alteração da condutibilidade elétrica da pele (Dougher et al., 1994) ou evocar respostas de esquiva da apresentação de estímulos arbitrariamente relacionados a aversivos condicionados (Augustson & Dougher, 1997).

### Teoria dos Quadros Relacionais: Transformação de Função e Implicações para o Estudo da Ansiedade

Outras relações arbitrárias, além da relação de equivalência, podem ser estabelecidas entre estímulos. Por exemplo, relações de oposição, comparação e hierarquia. De acordo com a RFT, as respostas que ocorrem sob controle de relações arbitrariamente estabelecidas (ou *responder relational arbitrariamente aplicável*) apresentam algumas características fundamentais. Respostas relacionais são bidirecionais ou mutuamente implicadas. Sendo assim, uma vez estabelecido que A se relaciona com

### O processo de transformação de função possibilita explicar como a função aversiva de dados estímulos pode ser modulada por relações arbitrariamente estabelecidas com outros estímulos.

B, deriva-se que B também se relaciona com A (implicação mútua). Além disso, respostas relacionais podem ser combinadas. Se A se relaciona com B e B se relaciona com C, deriva-se que A e C também estão necessariamente

relacionados (implicação combinatória). Por fim, as funções dos estímulos arbitrariamente relacionados podem ser alteradas conforme o tipo de relação estabelecida entre eles (*transformação de função*).

Quando a relação estabelecida é de equivalência, a mesma função passa a ser partilhada por todos os estímulos relacionados. No entanto, quando outras relações são estabelecidas, exceto as de equivalência, as funções de estímulo derivadas podem ser diferentes daquelas originalmente estabelecidas. Por exemplo, quando estímulos se relacionam por oposição, a função derivada pode ser oposta. Se um dado estímulo estabelecido como aversivo for relacionado por oposição a um outro estímulo, esse último não evocará respostas de esquiva (Dymond, Roche, Forsyth, Whelan & Rodhen, 2007).

No experimento de Dougher, Hamilton, Fink e Harrington (2007), por exemplo, três figuras abstratas e de mesma dimensão foram estabelecidas como dicas contextuais para as respostas de escolher o estímulo *menor*, o *mediano* ou o *maior* de três estímulos-comparação apresentados. Na fase seguinte, a dica para escolher o estímulo mediano foi pareada com a apresentação de um choque leve. Verificou-se, por meio da resposta de condutância galvânica, que o estímulo mediano fora estabelecido como um aversivo condicionado. Posteriormente, numa fase de teste, as figuras utilizadas na fase

anterior como dicas para escolher o menor e o maior foram apresentadas e a resposta de condutibilidade elétrica da pele, medida. Os

resultados mostram que os respondentes com maior magnitude foram eliciados pela apresentação da dica contextual utilizada para escolher o maior. Cabe ressaltar que a dica *maior* não foi diretamente pareada com o choque, mas foi

arbitrariamente relacionada como “maior que” o estímulo mediano (este, sim, pareado com o choque). As respostas com menor magnitude, por sua vez, ocorreram diante da apresentação da dica contextual *menor*. Portanto, a aversividade adquirida por esse estímulo arbitrariamente relacionado como “maior que” foi mais intensa do que aquela adquirida pelo estímulo diretamente pareado com choque.

Segundo Dougher et al. (2007), o entendimento do processo de transformação de função possibilita explicar como a função aversiva de dados estímulos pode ser modulada por relações arbitrariamente estabelecidas com outros estímulos. Isso ajuda a entender como palavras e outros símbolos adquirem função psicológica (e.g., função ansiogênica), sem que seja necessário recorrer a explicações mentalistas ou a mecanismos modulatórios, tais como esquemas cognitivos. Diante desse resultado, Dougher et al. sinalizam a possibilidade de se compreender por que alguns clientes apresentam respostas de medo acentuadas frente a estímulos não pareados previamente a eventos aversivos. Adicionalmente, pode-se afirmar que o responder relacional aprofunda o entendimento da ansiedade e auxilia a responder às críticas realizadas por alguns autores (e.g., Mark 1981, 1987) – uma vez que tem demonstrado experimentalmente como a compreensão de relações arbitrárias complementa as explicações existentes, dando conta de um outro nível de complexidade do mesmo fenômeno. ■

1 Com o objetivo de abranger outros tipos de relação entre estímulos – além da equivalência (e.g., oposição e comparação) –, o presente texto usará a expressão *responder relacional*.

## Referências

- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4ª ed.). Washington, Estados Unidos: Autor.
- Augustson, E. M. & Dougher, M. J. (1997). The transfer of avoidance evoking functions through stimulus equivalence classes. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 3, 181-191.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre, RS: Artmed. (Trabalho original publicado em 1998.)
- Coelho, N. L. & Tourinho, E. Z. (2008). O conceito de ansiedade na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 171-178.
- Dougher, M. J., Augustson, E. M., Markham, M. R., Greenway, D. E. & Wulfert, E. (1994). The transfer of respondent eliciting and extinction functions through stimulus equivalence classes. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 62, 331-351.
- Dougher, M. J., Hamilton, D. A., Fink, B. & Harrington, J. (2007). Transformation of the discriminative and eliciting functions of generalized relational stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 88, 179-197.
- Dymond, S. & Rehfeldt, R. A. (2000). Understanding complex behavior: The transformation of stimulus functions. *The Behavior Analyst*, 23, 239-254.
- Dymond, S., Roche, B., Forsyth, J. P., Whelan, R. & Rhoden, J. (2007). Derived avoidance learning: Transformation of avoidance response functions in accordance with the relational frames of same and opposite. *The Psychological Record*, 58, 271-288.
- Estes, W. K. & Skinner, B. F. (1941). Some quantitative properties of anxiety. *Journal of Experimental Psychology*, 29, 390-400.
- Gentil, V. (1994). Ansiedade e transtornos ansiosos. Em V. Gentil, F. Lotufo-Neto & M. A. Bernik (Orgs.), *Pânico, fobias e obsessões* (pp. 23-30). São Paulo: Edusp. Graeff, F. G. & Guimarães, F. S. (2001).

*Fundamentos de psicofarmacologia*. São Paulo, SP: Atheneu.

Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York, Estados Unidos: Kluwer Academic Plenum.

Hetem, L. A. B. (2004). Diagnóstico diferencial. Em L. A. B. Hetem & F. G. Graeff (Orgs.), *Transtornos de ansiedade* (pp. 191-205). São Paulo, SP: Atheneu.

Kessler, R. C., Berglund, P., Demler, O., Jin, R., Merikangas, K. R. & Walters, E. E. (2005). Lifetime prevalence and age-of-onset distributions of DSM-IV disorders in the National Comorbidity Survey Replication. *Archives of General Psychiatry*, 62, 593-602. Marks, I. M. (1981). Behavioral concepts and treatments of neuroses. *Behavioral Psychotherapy*, 9, 137-154.

Marks, I. M. (1987). *Fears, phobias and rituals: Panic, anxiety and their disorders*. New York, Estados Unidos: Oxford University Press.

Menzies, R. G. & Clarke, J. C. (1995). The etiology of phobias: A nonassociative account. *Clinical Psychology Review*, 15, 23-48.

Millenson, J. R. (1975). *Princípios de análise do comportamento*. Brasília, DF: Coordenada. (Trabalho original publicado em 1967.)

Sidman, M. (1982). *Equivalence relation and behavior: A research story*. Boston, Estados Unidos: Author Cooperative.

Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22.

Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, Estados Unidos: Authors Cooperative.

Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. Boston, Estados Unidos: Author Cooperative. (Trabalho original publicado em 1989.)

Skinner, B. F. (1981). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953.)

Tourinho, E. Z. (2006). On the distinction between private events and the physiology of the organism. *The Behavior Analyst Today*, 7, 548-559.

Zamignani, D. R. & Banaco, R. A. (2005). Um panorama analítico-comportamental sobre os transtornos de ansiedade. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 77-92.

Watson, J. B. & Morgan, J. J. B. (1917). Emotional reactions and psychological experimentation. *American Journal of Psychology*, 28, 163-174.

Wolpe, J. & Rachman, S. (1960). Psychoanalytic "evidence": A critique based on Freud's case of Little Hans. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 131, 135-147.

**Ila Marques Porto Linares** é psicóloga pela UFSCar, especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma, mestre em Neurociências pela USP-RP e doutoranda em Saúde Mental pela USP-RP.

**William Perez** é psicólogo pela UFSCar, mestre e doutor em Psicologia Experimental pela USP. No Núcleo Paradigma, é terapeuta, professor e orientador da Especialização em Clínica Analítico-Comportamental, além de integrar a equipe de Pesquisa sobre Responder Relacional.

**Yara Nico** é psicóloga e mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, é coordenadora da Especialização em Clínica Analítico-Comportamental, professora, supervisora clínica e terapeuta, além de integrar a equipe de Pesquisa sobre Responder Relacional.

**especialização em**

# **ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO**

coordenação

**CASSIA LEAL DA HORA  
LYGIA DORIGON**

**Aplicação de intervenções  
analítico-comportamentais com  
indivíduos com diagnósticos de  
autismo e desenvolvimento atípico.**

**público-alvo**

psicólogos, profissionais da área da saúde  
e profissionais da área da educação

**programa**

Carga horária total de 502 horas,  
divididas em 162 horas de prática supervisionada e  
340 horas de aulas teóricas e orientação de  
monografia



núcleo  
**paradigma**  
análise do comportamento

Rua Wanderley, 611  
Perdizes São Paulo/SP  
Tel. 11 3864 9732  
CRP 06/3118-J

## Na Estante

Resenha do livro *Relações conjugais: Discutindo alternativas para melhor qualidade de vida – Análise do comportamento e terapia cognitivo-comportamental com casais*, organizado por Carla de Zeglio, Ítor Finotelli Jr. e Oswaldo M. Rodrigues Jr. Editora Zagodoni (São Paulo), 2013.

Tatiana Araújo de Almeida



O livro é fruto de trabalhos realizados no I Encontro Brasileiro de Análise do Comportamento e Terapia Cognitivo-Comportamental, ocorrido em maio de 2012. Naquele encontro, cursos, conferências, mesas-redondas e apresentações orais produziram importantes reflexões sobre o tema *relações conjugais*. A seguir, será apresentada uma breve descrição de cada capítulo do livro, com o objetivo de estimular o leitor a um contato direto com a obra.

### Capítulo 1

Intitulado “A Relação de Casal Frente aos Novos Padrões Sociais”, os autores Roberto Banaco, Yara Nico e Roberta Kovac analisam o tema com a concepção Skinneriana de comportamento social. Discutem também como mudanças nas relações sociais e econômicas produziram alterações no comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, nas relações conjugais. Ao final do capítulo, os autores propõem uma intervenção no sentido de reconhecer os obstáculos produzidos pelas novas relações sociais e de fortalecer os repertórios pessoais e sociais de cada um.

### Capítulo 2

Escrito por Armando Ribeiro das Neves Neto, intitula-se “Biofeedback como Recurso Auxiliar em Terapia Cognitivo-Comportamental de Casais”. Segundo o autor, o biofeedback favorece a compreensão de como aspectos emocionais interferem na comunicação do casal. O recurso é usado, entre outras, com as seguintes finalidades: reestruturação cognitiva, treino de habilidades de enfrentamento e treino de resolução de problemas.

### Capítulo 3

De autoria de Liliana Seger, seu título é “Casais Inférteis: Descoberta, Conflito e Resolução – Vivência das Perdas e Crenças”. A autora aponta o problema da infertilidade como uma questão conjugal. Segundo ela, nos últimos 15 anos, mudanças importantes ocorreram quanto aos aspectos emocionais, como o conceito de *infertilidade psicogênica*, além de o problema deixar de ser considerado uma questão exclusivamente feminina, alterando o foco do trabalho para o casal.

### Capítulo 4

A autora é Rose M. Massaro Melamed; o título, “Casais Inférteis: Conflito – O Padrão do Desenvolvimento Humano”. A autora aborda o tema da *reprodução assistida* (RA) e discute a importância de se considerar os aspectos emocionais durante o processo. Na avaliação de Melamed, tais aspectos costumam ser negligenciados ante a notável evolução da medicina nesse campo. Defendendo a presença de um psicólogo na equipe multidisciplinar responsável pela gestante, a autora aposta na psicoterapia breve/focal para minimizar os efeitos da RA.

### Capítulo 5

“Depressão: Como Fica o Casal”, escrito por Eduardo Aliende Perin, aponta os efeitos da depressão no cuidador que convive com a pessoa deprimida. Entre eles, a *sobrecarga objetiva* (e.g., interferência no trabalho, dificuldades financeiras e isolamento social) e a *sobrecarga subjetiva* (e.g., sentimento de culpa e perda, insônia e ansiedade). Estudos indicam que existe uma influência recíproca e bidirecional.

### Capítulo 6

“Famílias Homoparentais: A Adoção Pode Ser Uma Possibilidade”, de Mariana de Oliveira Farias e Ana Cláudia Bortolozzi Maia, ressalta

a diversidade atual de configurações familiares, entre elas a formada por casais do mesmo sexo. As autoras discutem a questão do preconceito e da desinformação sobre o tema, listando algumas crenças relacionadas à homoparentalidade: “É prejudicial à criança o contato com apenas um modelo, paterno ou materno” ou “As crianças irão sofrer mais que outras crianças por terem de enfrentar o preconceito.”

### Capítulo 7

Escrito por Rafael Fisher Peçanha, “Formulação de Caso na Terapia Cognitivo-Comportamental com Casais: Algumas Noções Preliminares” aponta alguns objetivos principais para a terapia cognitivo-comportamental com casais: (a) aumento da satisfação e/ou ajustamento conjugal; (b) alteração das cognições inadequadas, da comunicação destrutiva e da resolução inadequada de problemas. Após enumerar alguns princípios para uma formulação adequada de casos na terapia de casal (e.g., níveis e etapas), Peçanha conclui que esse processo ainda é incipiente no Brasil.

### Capítulo 8

Em “Habilidades Necessárias Para se Tornar um Terapeuta de Casais”, Vera Regina Lignelli Otero inclui o autocuidado, o aprofundamento teórico e a supervisão clínica como habilidades básicas de um terapeuta, diferenciando-as de habilidades específicas de terapeutas de casais, tais como: (a) atenção a cada parceiro e à interação entre eles; (b) conhecimento dos posicionamentos pessoais e da literatura pertinente ao tema; (c) manejo de crises na sessão; (d) manejo de diferentes graus de adesão de cada parceiro ao tratamento, entre outras. Segundo Otero, o terapeuta de casal acumula as funções de mediador, orientador, instigador, pacificador e “informador” nesse processo.



## Capítulo 9

“O Atendimento a Casais e Cônjuges e as Interfaces com Outras Especialidades da Psicologia”, de Oliver Zancul Prado, oferece informações a respeito do tema no âmbito de formação, especialização e atuação profissional. Prado estabelece paralelos entre a terapia cognitivo-comportamental de casais e outras abordagens da psicologia.

## Capítulo 10

Autoras de “Comportamentos-Alvo na Terapia de Casal: Possibilidades de Manejo”, Mariângela Gentil Savoia e Roseli Lage de Oliveira abordam os seguintes comportamentos-alvo nessa modalidade de atendimento clínico: problemas de comunicação, separação, romances virtuais, violência doméstica, entre outros. Ao longo do capítulo, ilustram os aspectos discutidos com recortes de casos clínicos, sublinhando a importância e os resultados apresentados pela terapia comportamental integrativa (TCI) em comparação à terapia comportamental tradicional.

## Capítulo 11

Eleonardo Rodrigues é o autor de “O Paciente Borderline nas Relações de Casal e Família: Informações, Implicações e Cuidados”. Ele apresenta a variedade teórica a respeito do conceito de personalidade e, ao longo do texto, parte da perspectiva nosológica do DSM-IV-TR. Rodrigues sugere medidas psicoterapêuticas e psicoeducativas para o paciente e seus familiares, com o objetivo de desenvolver habilidades interpessoais eficazes e contribuir à regulação emocional. Entre as mais eficazes modalidades de atendimento ao paciente borderline, o autor destaca a terapia comportamental dialética e a psicoterapia de orientação psicanalítica.

## Capítulo 12

“Protocolo e Outras Especificidades no Atendimento de Casais Homoafetivos em Terapia Cognitivo-Comportamental”, escrito por Job dos Reis, discute a viabilidade do modelo de protocolo para terapia cognitivo-comportamental com casais heterossexuais e homoafetivos. Segundo o autor, o protocolo utilizado para casais heterossexuais seria aplicável a casais homoafetivos, salvo algumas especificidades das relações dos últimos. Em ambos os casos, o foco estaria na identificação dos sistemas de crenças básicas, no entendimento de como cada cônjuge vê seu relacionamento e as relações de modo geral, na reestruturação cognitiva e nas estratégias de manejo das relações.

## Capítulo 13

“Relações Afetivas e Cultura: A Influência do Ideal de Amor sobre os Relacionamentos Reais” foi escrito por um grupo de autores (Thomaz et al.). Eles descrevem um estudo cujo objetivo foi identificar variáveis relevantes para um relacionamento e compará-las às variáveis presentes em relacionamentos de jovens entre 25 e 30 anos. A conclusão geral do trabalho foi de que as características valorizadas na idealização do parceiro amoroso (para homens e mulheres) são semelhantes às responsáveis pela manutenção dos relacionamentos dos participantes desse estudo.

## Capítulo 14

Escrito por Yone Fonseca, “Ruídos na Comunicação do Casal: Possibilidades e Intervenção” tem como objetivo apresentar recursos complementares à terapia cognitivo-comportamental. A autora destaca, sobretudo, a importância do treinamento em comunicação para ajudar o casal a desenvolver habilidades de escuta e de fala, por meio de dramatização e *role-playing*.

## Capítulo 15

“Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e seus Desdobramentos no Casal e na Família”, de Maria Cecília Labate, propõe a combinação entre medicação e terapia cognitivo-comportamental como a melhor opção de tratamento. Labate também mostra como o TOC interfere na vida conjugal, familiar, social e produtiva do indivíduo adulto. Além disso, indica aspectos específicos dos casos ocorridos na infância e na adolescência, quanto à expressão de sintomas, aos tratamentos e à interferência na vida familiar e escolar.

## Capítulo 16

Escrito por Diego Henrique Viviani, Oswaldo Martins Rodrigues Jr. e Ítor Finotelli Jr., “Variação do Desejo Sexual e Tempo de Relacionamento: Um Estudo Exploratório” apresenta um estudo destinado a avaliar se o desejo sexual se modificou ao longo da relação dos casais estudados e, em caso positivo, em qual direção. Após revelarem os resultados, os autores enfatizam a importância da realização de novos trabalhos sobre o tema.

## Capítulo 17

“Princípios Teóricos da TCC e Aplicações nas Questões da Sexualidade e Terapia de Casal”, de Oswaldo Martins Rodrigues Jr., propõe o levantamento das questões conjugais antes de aplicar técnicas sexuais, bem como a utilização de inventários de sexualidade para compreender a história e as variáveis atuais na vida do casal, permitindo maior entendimento sobre o comportamento-alvo. Rodrigues Jr. também indica as principais dificuldades enfrentadas no consultório e as técnicas geralmente usadas para o tratamento das queixas sexuais.

## Capítulo 18

Em “Casais e Problemas Sexuais”, Oswaldo Rodrigues Jr. e Carla Zeglio sugerem que um pro-

*Em suma, o livro reúne importantes autores e cumpre o objetivo de oferecer uma boa amostra de trabalhos sobre a atuação técnica e científica no manejo de casais, contribuindo de forma indiscutível para a informação e a divulgação sobre o tema, bem como sobre as abordagens analítico-comportamental e cognitivo-comportamental.*

blema sexual deve ser considerado uma questão do casal, e não de apenas um dos cônjuges. Eles também discutem algumas possíveis dificuldades a serem enfrentadas: (a) disfunção erétil, (b) virgindade da mulher, (c) fobia sexual da mulher, (d) vaginismo, (e) inibição do desejo sexual feminino e (f) relacionamento inadequado do casal.

## Capítulo 19

De Ítor Finotelli Jr. e Oswaldo Martins Rodrigues Jr., “Percepção de Disfunção Sexual em Casais: O Uso de Instrumentos de Medidas Sexuais” apresenta um estudo com medidas sistemáticas na avaliação de disfunções sexuais, defendendo a utilização desse tipo de instrumento na avaliação por pares de casais.

Em suma, o livro reúne importantes autores e cumpre o objetivo de oferecer uma boa amostra de trabalhos sobre a atuação técnica e científica no manejo de casais, contribuindo de forma indiscutível para a informação e a divulgação sobre o tema, bem como sobre as abordagens analítico-comportamental e cognitivo-comportamental. ■

**Tatiana Araújo de Almeida** é psicóloga pela PUC-MG, mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP e especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma. Terapeuta em consultório particular.

# TÓPICOS AVANÇADOS EM CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

coordenação

**ROBERTO ALVES BANACO**

O curso visa a um aprofundamento teórico sobre temas tradicionais em análise do comportamento, sempre com uma meta de aplicá-los a casos clínicos. Com este propósito, pretendemos, em encontros periódicos, dar subsídios para que terapeutas e estudantes possam reciclar seus conhecimentos e se apropriar de ferramentas para a produção de conhecimento a partir de sua prática clínica.

data

**as datas são informadas no site**

horário

**das 8h30 às 12h30**



[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)

Rua Wanderley, 611  
Perdizes São Paulo/SP  
Tel. 11 3864 9732

## LIVRARIA VIRTUAL DO NÚCLEO PARADIGMA DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO



**Somente títulos relacionados  
ao behaviorismo radical,  
à análise do comportamento  
e a áreas afins.**

**Acesse [www.nucleoparadigma.com.br/loja](http://www.nucleoparadigma.com.br/loja)**

# Opinião

Certificação de analistas do comportamento:  
Problemas, controvérsias, procedimentos, critérios, etc.

Silvio Paulo Botomé

É inquestionável o grande crescimento dos que se abrigam sob o nome de *analistas do comportamento* no Brasil, nas últimas décadas. Dos poucos que se reuniam e se dedicavam para que esse tipo de trabalho aparecesse no país, tanto no Estado de São Paulo como em Brasília, no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, há hoje alguns milhares de pessoas que se abrigam sob esse nome e, de uma maneira ou outra, trabalham para haver uma efetiva “análise de comportamentos” em diferentes campos de atuação. As reuniões anuais da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC) já registraram quantidades em torno dos 3000 participantes, envolvendo estudantes e profissionais atuantes. E, sem dúvida, tal quantidade não representava, em cada época, o total de pessoas voltadas para o mesmo tipo de trabalho.

Não importa o campo de atuação em que estivessem trabalhando (clínica, ensino, instituições, situações organizacionais ou de trabalho, comunidades, serviço público em diferentes instâncias administrativas, etc.). O que importa é a busca de um referencial e de uma tecnologia que estejam relacionadas com a

contribuição da psicologia que nasce de uma maneira fértil no final na primeira metade do século 20 e acelera seu desenvolvimento, sua fertilidade e a demonstração de sua eficácia, acentuadamente na segunda metade do mesmo século, começando o século 21 com uma enorme quantidade de evidências e contribuições específicas a respeito de sua fundamentação efetivamente científica e de sua eficácia como intervenção em problemas relacionados ao comportamento humano em múltiplas circunstâncias sociais e em diferentes graus de complexidade. A literatura, agora espalhada por diversos países, e as instituições que reúnem e organizam os trabalhos periodicamente são o suporte de tais afirmações. Não parece ser necessário enumerá-las no contexto deste texto.

Tal aumento, porém, não significa que não existam problemas de incongruências, lacunas de desenvolvimento, dificuldades técnicas, resistências políticas acirradas, deficiências graves no ensino de novos profissionais e até controvérsias, além de confusões terminológicas e conceituais acentuadas entre os que trabalham com o comportamento com a (até

mínima) preocupação de serem coerentes com o conhecimento produzido sob o nome *análise experimental do comportamento*. Até mesmo o nome, com essas três expressões, não é algo claro, nem assumido integralmente no discurso e na atuação dos que procuram realizar um trabalho derivado do conhecimento originário sob essa denominação.

Mesmo assim, o aumento de pessoas trabalhando, a quantidade de estudantes mostrando interesse, a maior difusão das informações, o aumento de encontros, congressos, publicações e o próprio desenvolvimento de programas de pós-graduação trouxeram não apenas um aparente “progresso”, mas uma disseminação de atividades nem sempre coerentes conceitual, científica ou procedimentalmente com o que possa ser reunido sob esse nome. Controvérsias, dificuldades e variações à parte, os núcleos onde houve esforços nessa direção multiplicaram-se, diversificaram-se e se distribuíram por diferentes regiões do país. Com o risco de esquecer alguns, já são conhecidas a participação e a presença de pessoas atuando em ensino de graduação e de pós-graduação ou em núcleos consolidados em São Paulo (em várias instituições além das grandes universidades), Londrina, Belém, Brasília, Campinas, Bauru, Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro e outros com maior ou menor evidência em função da quantidade de participantes e de suas presenças nos eventos. Mesmo com contingências diferentes para haver esse aumento de frequência de comportamentos de diferentes pessoas em diferentes regiões, tais contingências têm, no seu bojo, aparentemente, resultados de diferentes tipos – mesmo a aprovação do grupo restrito de analistas de comportamento – que, em grande parte, envolvem os resultados profissionais e científicos desse tipo de trabalho.

A variedade de formações, experiências, campos de atuação e contingências específicas em que as pessoas estiveram nas últimas quatro décadas criou condições para haver também várias confusões terminológicas, variações no entendimento dos conceitos básicos, acesso a diferentes tipos de publicações, formações em diferentes graus de complexidade ou variações no que foi enfatizado ou definido como importante no entendimento da área de conhecimento reunida sob o nome análise do comportamento ou análise experimental do comportamento. As próprias transformações do *curricula* dos cursos de graduação foram muito grandes. Em quase todos, o ensino de pesquisa experimental e os exercícios de laboratório, por exemplo, foram abandonados. A observação, principalmente a direta, foi deixada de lado ou minimizada, enfatizando as formas de observação indireta (entrevistas, formulários, questionários, depoimentos e até, em alguns casos, o que poderia ser chamado de “introspecção” – há histórias de vida da infância, cuja lembrança atual é uma informação importante como contingência atual de construção de estímulos discriminativos verbais para interferir nas relações com o ambiente com o qual as pessoas se defrontam). Estas últimas tomadas em si, sem os cuidados de controle das variáveis intervenientes e sem as devidas correções e riscos que trazem até para falsificar os acontecimentos a que, pretensamente, se referem.

A formação científica do profissional nos cursos de graduação foi relaxada em vários aspectos de metodologia, de relevância social e de ética no trabalho com seres humanos (adotando modismos relacionados a conceitos “politicamente corretos” dos novos tempos, por exemplo). A formação profissional de cientistas foi ficando cada vez mais na dependência dos

interesses particulares de pesquisa dos professores da pós-graduação, até em função do sistema de gestão do ensino superior no país (papel da CAPES, do CNPq e de outras agências) e das alterações na natureza dos congressos e reuniões científicas. Foram alterados importantes critérios presentes na criação dessas agências, delimitando modificações em seus papéis, que trouxeram sobreposições e multiplicações de critérios e de procedimentos no desenvolvimento do trabalho científico e educacional de nível superior no país.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia fizeram um trabalho de ampliação e multiplicação das alternativas de atuação nos múltiplos campos de intervenção do psicólogo e isso deveria ter acarretado inúmeras exigências de aperfeiçoamento nos cursos de graduação e de mestrado e doutorado, quando, talvez, tenha havido mais adaptação a novas exigências do que desenvolvimento do que já estava cientificamente consolidado. No final do século 20, houve uma experiência em diversificar a pós-graduação com programas de mestrado e doutorado que pudessem chegar ao interior, capacitando a grande quantidade de professores que começavam a trabalhar nos novos cursos de psicologia que se multiplicavam com professores sem capacitação específica para trabalhar com o ensino superior (mestrados e doutorados interinstitucionais). A CAPES transformou essa experiência num programa oficial, burocratizando-o e deixando de lado importantes aspectos de sua experiência original. Foi deixado de lado, nos idos de 2013, um compromisso com a interiorização da capacitação em mestrados e doutorados, ficando isso na dependência de bolsas de estudo e de afastamentos das instituições de origem dos docentes. Isso aumenta as dificuldades para o desenvolvimento da capacitação de

profissionais de análise experimental do comportamento no âmbito da psicologia, uma vez que as exigências de capacitação científica – nessa contribuição específica (AEC) que nasce no bojo de trabalhos científicos extensamente verificados e testados com procedimentos de ciência, principalmente com o exigente crivo da demonstração experimental – ficaram muito prejudicadas.

Com tudo isso, a análise do comportamento, como atuação profissional e como capacitação para essa atuação, desenvolvia-se nos cursos em que havia docentes com uma boa formação científica e se expandia para cursos onde havia alunos ou professores que, mesmo sem uma sólida formação em análise do comportamento, puderam conhecer ou desenvolver parte de sua formação com tal contribuição para o desenvolvimento da psicologia. Mas as dificuldades com o uso do conhecimento a respeito do comportamento aumentaram com todas as oportunidades que foram se apresentando para o trabalho dos psicólogos. Muitos fizeram adaptações dos velhos conceitos e procedimentos da psicologia já existentes em outras contribuições anteriores à análise experimental do comportamento, ou permaneceram com os conceitos iniciais e fizeram também junções com outros conceitos e recursos existentes na psicologia. Outros simplesmente criaram suas inovações ou organizações para dar nomes ou proteger suas iniciativas e procedimentos de trabalho da contestação ou da “contaminação” que poderiam ter de outras “contribuições” (ou simplesmente “variações improvisadas”) de pessoas insatisfeitas com o conhecimento que tinham para trabalhar no âmbito específico de seus campos de atuação.

Aos poucos surgiram, com força, grupos, nomenclaturas e cursos de “aperfeiçoamento”, “iniciação” e “especialização” em “terapia

comportamental”, “terapia cognitivo-comportamental”, “terapia por contingências de reforçamento” e outros similares. As associações de analistas de comportamento também sofreram variações e mudaram os contextos dos congressos científicos, originalmente organizados em torno da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (alterada para Sociedade Brasileira de Psicologia) e tendo como organizações específicas de suporte dos analistas de comportamento a Associação de Modificação de Comportamento (AMC, em São Paulo), que mudou para Associação Brasileira de Análise do Comportamento (ABAC), que foi extinta com a criação da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC). Deixava-se de lado um nome abrangente e buscava-se abrigo amplo sob um nome que já havia sido objeto de estudo como uma redução do papel da psicologia. Esta última associação, por sua vez, mudou, depois de vários anos, para Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental, mantendo a mesma sigla. Voltou a um nome mais abrangente, mas mantendo alguma distância dos nomes mais específicos da análise experimental do comportamento. Parece que o próprio nome é uma “maldição a evitar” e só serve para ser usado sem preconceitos entre os próprios participantes.

Em algumas décadas, tudo isso envolveu várias gerações de psicólogos e estudantes de psicologia e uma quantidade crescente de agentes atuando de maneiras variadas e com formações de diferentes tipos. O montante de problemas existentes com o exercício do trabalho em análise do comportamento também aumentou e se tornou e torna mais complexo. De um lado, os cursos abrem mão de uma formação específica sistemática quanto à contribuição

para o desenvolvimento da psicologia, tipicamente dos últimos anos do século 20 e ainda grandemente desconhecida em suas exigências e peculiaridades conceituais, procedimentais e científicas em grande parte do país. De outro, há um grande aumento na publicação e na disponibilidade de informação reunidas sob o nome de *comportamental*, independentemente do que abranja o significado desse conceito.

A comercialização de cursos complementares ao ensino superior logo foi uma oportunidade, inclusive de ganhos financeiros, que surgiu com a diminuição da formação nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades com as habilitações comportamentais específicas para um bom trabalho com o que nasceu sob o nome de análise experimental do comportamento. Isso, porém, também acarretou que surgissem variados entendimentos, ênfases e “bispos” pontificando a respeito do que seja essa contribuição e suas peculiaridades ou, principalmente, suas exigências mínimas para ser coerente com o sistema de conceitos que está no núcleo desse tipo de contribuição. Hoje, as variações e decorrentes concorrências – até por razões de “mercado” ou de “status” – são inúmeras e resultados das contingências disponíveis (e até impostas) no sistema social do país, particularmente no sistema educacional. E, mais particularmente, ainda nas universidades e na proliferação de cursos de psicologia que sequer assimilaram as propostas e as exigências do ensino apontado nas Diretrizes Curriculares que são, há tempos, uma prolongada controvérsia para muitos e um absoluto desconhecimento por outros. Ainda parece longe, independentemente das particularidades, o que as Diretrizes Curriculares originais pudessem significar para o desenvolvimento do ensino, principalmente pela mistura, nelas mesmas, de concepções antigas com possíveis

integrações de progressos no desenvolvimento do que possa ser o ensino, particularmente o *superior*, para o país.

No início da segunda década do século 21, o Brasil encontra-se com alguns problemas que começam a exigir movimentos e providências (comportamentos) de todos os que se preocupam com o exercício e o desenvolvimento do campo de atuação e da área de conhecimento que possam ser reunidos sob os nomes de análise experimental do comportamento e *síntese experimental do comportamento*. A primeira em busca de conhecer os elementos que constituem cada unidade comportamental com as respectivas verificações e demonstrações que o termo *experimental* indica; a segunda em busca de identificar e construir as novas relações entre os componentes de qualquer unidade comportamental, também com a exigência de avaliação e demonstração que o mesmo termo *experimental* implica, tanto ética como cientificamente na sustentação do trabalho de intervenção, assim como no trabalho de caracterização de qualquer processo comportamental.

Esses problemas se referem a: (1) qual o currículo mínimo para aceitar que alguém esteja preparado para iniciar um trabalho profissional como analista do comportamento? (2) Esse currículo poderá estar inserido nos cursos de graduação usuais de psicologia? (3) Será necessário elaborar um currículo para ser realizado nesses cursos? (4) Ou será necessário construir isso fora das universidades, como especializações ou aperfeiçoamentos? (5) Como ficarão os programas de pós-graduação que se definem como áreas nesse âmbito ou que têm grupos ou núcleos de professores que têm formação e dedicação a atividades de análise e pesquisa com comportamento? (6) Devem ou podem ter um projeto coletivo de pós-graduação para capacitar pessoas em uma formação

profissional como cientistas em análise e síntese experimentais do comportamento? (7) Que condições institucionais existem ou precisam ser construídas para isso? (8) Que exigências institucionais ou pessoais precisam existir ou já estão disponíveis para isso ser feito? (9) Ou ainda será necessário ficar na dependência das agências governamentais e institucionais com suas políticas de ensino ou educação interferindo das mais variadas formas no que é necessário como capacitação para o trabalho da análise do comportamento?

Nos últimos anos, fortificaram-se algumas instituições que demonstraram a eficácia do trabalho com o conhecimento derivado da análise experimental do comportamento. Em vários países do mundo, já estão sendo sistematizadas organizações para reunir e aproximar analistas do comportamento, inclusive com movimentação da ABA para integrar essas organizações mundialmente. A eficácia de seu trabalho, em alguns países, acarreta a necessidade de padronizar o que vai ser considerado um trabalho de análise – ou síntese – experimental do comportamento, e não meras adaptações ou falsificações que só têm o nome e não os procedimentos, nem as exigências de refinamento conceitual dessa área de conhecimento e dos campos de atuação em que ela está sendo utilizada para a construção (síntese) de novos comportamentos.

Surgem, já nos congressos e movimentos de algumas pessoas e instituições, a preocupação e as ideias a respeito de procedimentos – e consequente institucionalização e burocratização – para certificação ou credenciamento de profissionais de análise do comportamento, padronizando inclusive o nome desse subcampo profissional da psicologia. Em alguns casos, isso já se aproxima de exigências de instituições que pagam por atendimentos de



psicologia. Como lidar com essa nova etapa de variados processos de desenvolvimento da análise do comportamento no país, com seus conflitos, concorrências, disputas, diferenças, preferências, ideologias, simpatias e antipatias, além de outras contingências distintas de região para região, de grupo para grupo, de instituição para instituição? Nos últimos anos, incluem-se, além dos congressos e sociedades científicas tradicionais, as jornadas de análise do comportamento realizadas sob a liderança

Como lidar com essa nova etapa de variados processos de desenvolvimento da análise do comportamento no país, com seus conflitos, concorrências, disputas, diferenças, preferências, ideologias, simpatias e antipatias, além de outras contingências distintas de região para região, de grupo para grupo, de instituição para instituição?

de estudantes e os encontros de programas de pós-graduação ou entidades de trabalho com análise do comportamento. São mais oportunidades e condições que, se forem mais do que repetição do que já está sendo feito, podem ser ocasiões propícias para a superação do que está sendo obstáculo ou dificuldade no desenvolvimento e consolidação da análise do comportamento no país.

Talvez seja útil lembrar alguns critérios, aspectos ou problemas envolvidos nessa etapa que começa a se configurar no meio dos analistas do comportamento no Brasil. Essa etapa é uma exigência, sem dúvida, da comprovada eficácia do conhecimento quando utilizado adequadamente no âmbito da análise experimental do comportamento e da ainda pouco configurada existência de procedimentos básicos que possam ser considerados um mínimo de padronização que garanta essa eficácia (ou qualidade) do trabalho que se abriga sob esse nome. Os conceitos e os procedimentos desen-

volvidos e comprovados pela ciência precisam continuar a ser desenvolvidos e comprovados com as (e nas) experiências de intervenção, uma vez que a própria área de conhecimento também desenvolveu recursos para a demonstração e avaliação das intervenções com os processos comportamentais na sociedade. Isso talvez seja uma condição fundamental para o desenvolvimento – além de coerência epistemológica – da própria área de conhecimento, nesse caso também como campo de atuação profissional.

Fora das universidades e longe dos grandes centros urbanos, acentua-se também o problema de continuar a formação profissional em análise e síntese experimentais do comportamento. Ele já existe em algumas universidades e centros urbanos desenvolvidos mesmo sem um programa de *educação continuada* em análise experimental do comportamento para os egressos dos cursos de graduação (e mesmo de pós-graduação) terem oportunidades para dar continuidade ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento necessários no trabalho com o comportamento em qualquer campo de atuação. A ausência de pessoas com alto nível de formação e grande experiência no campo de trabalho faz com que os egressos das universidades, principalmente os que não têm uma formação suficiente para alguma autoinstrução como atualização contínua, improvisem e elaborem “puxadinhos” conceituais com os conceitos da psicologia tradicional, misturando concepções e criando problemas de várias ordens com o uso dos conceitos mal ou insuficientemente compreendidos e localizados na história de desenvolvimento da psicologia. Técnicas de

trabalho e problemas passam a receber nomes não funcionais, assim como processos comportamentais passam a ser denominados das formas tradicionais. Sentimentos, emoções, habilidades, vocação, opção ou escolha, por exemplo, não são percebidos ou examinados como processos comportamentais por muitos que encontram dificuldades em fazer análise comportamental e de contingências de reforçamento em situações usuais da vida das pessoas na sociedade.

Em vários casos, fazem *análise das histórias de vida* com interpretações próprias (ou emprestadas de diferentes fontes) e não *análise das contingências de reforçamento presentes nas histórias de vida* (uma distinção importante destacada por Hélio José Guilhardi, num encontro de terapeutas comportamentais em 2013) das pessoas com as quais trabalham e cujos comportamentos precisam ajudar a mudar ou desenvolver em uma direção ou condição melhor do que aquelas que as contingências de suas vidas possibilitaram. O pior disso tudo é a não distinção entre técnicas, conceitos, teorizações circunstanciais (ou nem tanto!) e o próprio fenômeno ou processo comportamental em foco (ou que precisaria estar no foco) no trabalho a ser realizado.

As exigências de se diferenciar e não se adaptar, de denominar os processos comportamentais de maneira inequívoca, com precisão e clareza suficientes para identificar o que efetivamente está acontecendo, de identificar as contingências e seu desenvolvimento ao longo da instalação de um processo comportamental e de estar utilizando sempre procedimentos que possibilitem avaliação e demonstração são (exigências) altas e esbarram na ausência de agências qualificadas e estáveis para dar sustentação a essas exigências para os profissionais de análise do comportamento.

O perigo, inclusive, é o de “fechar-se em grupos” que, com o isolamento, desenvolvem hábitos de linguagem e de atuação que passam a ser considerados “padrões” e “descobertas novas”, tendendo a haver “seitas” que não conhecem, nem leem as contribuições de outros grupos. Grupos que muitas vezes nem a existência conhecem. Isso está sendo visível até nos congressos em que as pessoas só assistem a sessões com trabalhos de seus próprios pares e não acompanham os trabalhos desenvolvidos por outros. A própria ênfase em exposições mais do que em “debates” ou críticas nas reuniões científicas está sendo um “empurrão” para o mesmo problema do sistema social como um todo (mais disputa de opiniões e perspectivas do que avaliação crítica – e científica – das mesmas). Até as “mesas-redondas” deixaram de ser o debate de diferentes pessoas para o mesmo “tema” para se tornarem várias exposições (ou exposições) de diferentes pessoas a respeito do tema ou às vezes nem isso. A metáfora *mesa-redonda* sequer é lembrada em seu significado original: um debate de diferentes perspectivas a respeito do mesmo processo ou fenômeno. Terminadas as exposições, o debate é pífio. No máximo, algumas questões mais de esclarecimento do que de exame de possíveis controvérsias, problemas, perspectivas . . .

Tudo isso parece indicar a necessidade de criar algumas condições de capacitação contínua de analistas do comportamento no país, até para enfrentar o que se apresenta como necessidade de “certificação” ou de “credenciamento” para que possa haver um trabalho com alguns referenciais homogêneos e minimamente capazes de dar uma identidade ao trabalho de analistas do comportamento e proteger esse trabalho de “aventuras” teóricas, conceituais ou técnicas que têm muito pouco a ver com o que

seja denominado *análise* ou *síntese experimentais do comportamento*. Não parece coerente com as características dessa contribuição para o desenvolvimento da psicologia que cada um invente um nome para o seu trabalho ou para essa contribuição incoerente com as características do trabalho de análise do comportamento. A tentação – ou limitação? – do que cada um faz virar um nome ou a referência para esse tipo de contribuição é uma condição pessoal, mas não deve ser um critério para orientar as relações com o conjunto de participantes do trabalho realizado na área de conhecimento ou no campo de atuação profissional que precisa ter um nome como referência e identidade. Uma referência e uma identidade que tenha

Uma certificação ou credenciamento, no entanto, exige que sejam respeitadas as condições, peculiaridades e variedades de condições em que estão trabalhando os analistas de comportamento ou aspirantes a isso sem cair em armadilhas de nomenclatura ou de preferências por procedimentos ou objetos específicos de trabalho.

coerência com o que define esse tipo de conhecimento e suas implicações para a intervenção nos processos comportamentais na sociedade.

Mesmo com essas dificuldades, uma certificação ou credenciamento, no entanto, exige que sejam respeitadas as condições, peculiaridades e variedades de condições em que estão trabalhando os analistas de comportamento ou aspirantes a isso sem cair em armadilhas de nomenclatura ou de preferências por procedimentos ou objetos específicos de trabalho. A própria diferenciação com os que, por exemplo, se autodenominam por “cognitivo-comportamentais” ou “sócio-comportamentais”, como já aparece em algumas denominações, beira à exclusão dos analistas como se eles não lidassem com os processos cognitivos ou com os determinantes ou consequências sociais dos

comportamentos. Também não parece caber manter credenciamento ou certificação dos analistas de comportamento para trabalharem nos campos restritos ou típicos da psicologia tradicional ou nem tanto, tais como educação, clínica, saúde, trabalho, organizações, comunidades, etc. Os critérios teriam de superar essas limitações, embora isso possa ser uma dificuldade que tomará tempo e, provavelmente, provocará impaciência de muitos.

Quem fará esse credenciamento ou essa certificação (ou será responsável por ela) parece ser o problema central junto com os procedimentos para realizá-lo e os critérios a serem adotados para aceitar ou recusar alguém como *certificado* ou *credenciado*. Serão feitas exigências? De que tipo e em que grau ou momento? Serão constituídas provas com que periodicidade ou complexidade? E, principalmente, que condições serão criadas para que as

pessoas possam certificar-se ou credenciar-se quando considerarem que estão em condições para isso? Ou, em outras palavras, como criar condições para viabilizar que as pessoas possam credenciar-se ou certificar-se como analistas de comportamento ao longo de qualquer tempo em suas vidas profissionais? E as consequências para quem não for certificado e, mesmo assim, apresentar-se e trabalhar sob a égide do nome de analista do comportamento? Os problemas não são poucos, nem pequenos... e envolvem mais do que as instituições de análise do comportamento, incluindo a necessidade de considerar as instituições oficiais do país e a legislação pertinente ao exercício da profissão de psicólogo.

Parece que o melhor seria um amplo debate que poderia ocorrer, por exemplo, nas reuniões anuais da ABPMC, que reúne periodicamente

grande quantidade de analistas de comportamento e, por enquanto, é a única entidade de âmbito nacional que reúne tais profissionais e estudantes, dando início a um fórum que elaborasse proposições progressivamente mais elaboradas e mais debatidas por mais pessoas de forma a constituir instrumentos, procedimentos, critérios, definições e instituições que pudessem fazer isso de uma maneira apropriada ao desenvolvimento da análise do comportamento no país, com suas decorrências para o desenvolvimento de um campo profissional capaz de ser coerente com o conhecimento produzido cientificamente a respeito desse fenômeno e capaz de prosseguir, no próprio trabalho, com o teste, a validação e com a produção do desenvolvimento desse conhecimento.

A filiação de uma instância desse tipo à ABA, à ABPMC, ao sistema de Conselhos da Psicologia do país ou qualquer outro formato será decorrência disso. O que parece importante garantir é que a realização desse processo leve a uma organização efetivamente social e coletiva, e não a constituir um “tribunal” que, sem as condições apropriadas, passe a decidir quem pode e quem não pode ser considerado *analista do comportamento*. Principalmente, é preciso insistir, é necessário haver um amplo e profundo debate e criação de condições para uma efetiva e bem consolidada capacitação de cientistas e profissionais nesse âmbito de atuação. É também perigosa a apropriação disso como forma de rendimento financeiro, de tal forma que a agência que fizer isso possa receber pelo trabalho de cre-

denciamento ou certificação. Um sistema que preveja também esse problema e a destinação do dinheiro com a respectiva transparência da

Quem fará esse credenciamento ou essa certificação (ou será responsável por ela) parece ser o problema central junto com os procedimentos para realizá-lo e os critérios a serem adotados para aceitar ou recusar alguém como certificado ou credenciado.

contabilidade do mesmo parece algo indispensável a tal tipo de exigência para o exercício da profissão.

Ainda é preciso avaliar as relações dessa instância de certificação ou credenciamento com as entidades oficiais, como os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia e os sindicatos de psicólogos que podem reivindicar para si esse papel. Mesmo com essa possibilidade, não há anulação das outras exigências e cuidados que necessitarão de atenção especial.

Em síntese, sem haver uma ampla e profunda participação num debate bem elaborado e cumulativo a respeito disso não haverá uma boa solução para esse problema e aumentará o risco de comprometer o desenvolvimento da análise do comportamento no país, que já ocorre com a proliferação de modismos – e cursos de vários tipos – que estão sendo realizados sob a chancela de “correntes” ou tipologias de trabalho (quando não conceituais) que

O que parece importante garantir é que a realização desse processo leve a uma organização efetivamente social e coletiva, e não a constituir um “tribunal” que, sem as condições apropriadas, passe a decidir quem pode e quem não pode ser considerado *analista do comportamento*.

não são propriamente consensuais ou, pelo menos, suficientemente coerentes com os conceitos, princípios e descobertas fundamentais da análise experimental do comportamento

e do que está sendo chamado aqui de síntese experimental do comportamento, para manter a equivalência do campo de atuação com a área de conhecimento que lhe dá origem. Nomes como “análise aplicada”, ou “aplicação da análise do comportamento”, ou “mudan-

Parece que está ocorrendo uma etapa importante do desenvolvimento da análise do comportamento no Brasil e não parece valer a pena vivenciá-la a reboque de exigências estranhas ou exógenas às próprias características da área de conhecimento, do campo de atuação e das características das condições dos que trabalham com isso no país.

de comportamento”, ou “terapia comportamental”, entre outros, já distorcem a relação com o conhecimento e com os princípios e conceitos básicos que se relacionam com o processo que genericamente recebe o nome de *comportamento* e que sequer entre os analistas de comportamento tem a mesma definição.

Parece que está ocorrendo uma etapa importante do desenvolvimento da análise do comportamento no Brasil e não parece valer a pena vivenciá-la a reboque de exigências estranhas ou exógenas às próprias características da área de conhecimento, do campo de atuação e das características das condições dos que trabalham com isso no país. Tais condições, desde a formação nos cursos de graduação até o que precisará ser feito na capacitação de novos cientistas na pós-graduação e nos programas de capacitação para possibilitar certificação ou credenciamento, precisam ser parte do problema a ser resolvido. Ou tenderá a ser criado mais um cartório para alguém, como dizia Darci Ribeiro, “enricar” e controlar os demais com um status ganho por procedimentos meramente burocráticos. Não é adequado ou socialmente responsável esquecer que muitos das novas gerações não têm recursos para cus-

tear uma formação complexa como a que pode constituir a capacitação de um bom analista do comportamento. Os custos dessa certificação ou desse credenciamento (seja qual for o nome que for adotado, conforme os critérios e os procedimentos escolhidos) não podem in-

viabilizar a participação das novas gerações que estão sendo prejudicadas com a decadência ou a superficialização do ensino de análise do comportamento nos cursos de graduação e nos pro-

gramas de pós-graduação, particularmente das universidades públicas. Aí talvez esteja um *locus* importante para atenção e dedicação no investimento de contribuir para uma efetiva e atualizada capacitação de profissionais de psicologia, coerente com o desenvolvimento do conhecimento que veio com as descobertas e contribuições desde a segunda metade do século 20 e que ainda parecem distantes de muitos países e localidades do mundo. ■

**Silvio Paulo Botomé** é mestre em Psicologia Experimental e doutor em Ciências pela USP. Professor Titular em Psicologia aposentado da UFSCar, Professor Titular em Psicologia da UFSC e pesquisador do CNPq.

aprimoramento em

## PSICOLOGIA CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DE GRUPO, CASAL E FAMÍLIA

coordenador  
**ROBERTO ALVES BANACO**

**Início das aulas em  
fevereiro de 2014**

### objetivos

O curso visa a proporcionar um conhecimento aprofundado da filosofia, da teoria e das técnicas da análise do comportamento aplicadas à clínica de grupos, casal e famílias.

público-alvo  
Psicólogos

### horários

**Atendimento supervisionado**  
quintas, 19h às 22h  
**Aulas teóricas**  
terças, 19h às 22h

### carga horária

**total de 180 horas**  
**90 horas**  
[prática supervisionada]  
**90 horas**  
[aulas teóricas]

### duração

**dois semestres**

# História de Vida

## Sergio Vasconcelos de Luna

por Cláudia Coimbra, Fernando Cassas, Natália Matheus e Denigés Régis Neto

Assumida desde cedo por Sergio Vasconcelos de Luna, a tarefa de ser um professor *analista do comportamento* revela uma união que funciona tão bem quanto possível. Claro, não há dúvidas quanto à pertinência do entrosamento entre as duas áreas: educação e análise do comportamento! Portanto, não é a isso que fazemos referência. A opção de Sergio por essa função é que se mostra absolutamente apropriada.

A escolha pela pós-graduação, como espaço para exercer seu papel de analista do comportamento, possibilita, há mais de 40 anos, o planejamento e a criação de condições para inúmeros alunos se formarem. Atualmente, Sergio divide-se entre aulas e orientações de dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação de Educação: Psicologia da Educação e de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento, ambos da PUC-

**Além da consistência intelectual, outra característica marcante de Sergio é a constante inquietação com o que lhe é apresentado. Está sempre em busca de compreender o sentido final das coisas, o que lhe torna um cientista rigoroso e perspicaz.**

SP. Além disso, dedica-se a seu projeto de pesquisa mais recente, sobre repertórios lógicos e desempenho em matemática.

Sergio chegou à graduação de psicologia por um caminho pouco convencional. Inicialmente, sua dúvida profissional girava em torno de engenharia química e diploma-

cia. Imaginar qual aproximação seria possível entre ambas as carreiras custou um tempo considerável da elaboração deste relato e, obviamente, não se chegou a nenhuma conclusão. Quem sabe? Enfim, a opção foi a de ser diplomata. Com a consistência intelectual que lhe é característica, Sergio considerava necessário cursar filosofia e psicologia. Assim, em 1962, ingressou na Faculdade de Filosofia da USP. Durante o terceiro ano do curso, notou sua inclinação pela psicologia e decidiu prestar vestibular novamente, agora na PUC-SP. Ali, o meio tornou-se o fim, e ele iniciou o curso com o objetivo de ser bacharel em psicologia, não mais diplomata.

Além da consistência intelectual, outra característica marcante de Sergio é a constante inquietação com o que lhe é apresentado. Está sempre em busca de compreender o sentido final das coisas, o que lhe torna um cientista rigoroso e perspicaz. Isso fez com que Sergio se engajasse em atividades extracurriculares nos locais por que passou. Na graduação em psicologia, por exemplo, participou de inúmeros grupos. Entre eles, alguns relacionados à atuação política estudantil, outros com interesses teóricos. O relacionamento constante com pares, de acordo com o próprio Sergio, foi fundamental para seu desenvolvimento como estudioso.

Um dos grupos de que fazia parte era orientado pelo professor Joel Martins, idealizador e criador da pós-graduação na PUC-SP. Sergio demonstra profunda gratidão a Joel. Seu envolvimento com o professor possibilitou, durante o terceiro ano da graduação em psicologia, acompanhá-lo aos Estados Unidos para uma visita à Universidade de Bowling Green. A viagem tinha como objetivo preparar caminho para, futuramente, cursar uma pós-graduação no país. Juntas, tais experiências serviram a muito mais do que uma preparação para realizar um curso fora do Brasil e fizeram Sergio adotar a pesquisa e a docência como carreira.

Os grupos também foram responsáveis por colocarem Sergio em contato com a análise do comportamento. Nesse caso, outra pessoa teve papel fundamental, a professora Maria do Carmo Guedes (atualmente, Professora Emérita da PUC-SP). Foi ela quem, por meio de debates relacionados à metodologia, incentivou-o a aprofundar seus estudos na área.

Em 1969, ao obter o título de bacharel em psicologia, Sergio conseguiu uma bolsa como professor assistente pela *Fulbright Commission* e foi cursar o mestrado na Universidade de Massachusetts. Naquele momento, ainda considerava incipiente seu contato com a análise do comportamento, apesar de já estar inclinado a seguir por essa área. Em 1972, retornou ao Brasil já como professor de pós-graduação da PUC-SP. Em 1983, obteve o título de Doutor em Psicologia Experimental pela USP, orientado pela professora Carolina Bori, a quem também reconhece como essencial em sua formação.

Sua inquietação também foi demonstrada pela ativa participação na fundação

da Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC), em 1976. Além disso, entre os anos de 1982 e 1992, ministrou aulas na pós-graduação da UNICAMP. Já a solidez de sua produção pode ser evidenciada pelo notável currículo. Até o momento, publicou 14 artigos, escreveu 20 capítulos de livros e apresentou 92 trabalhos em congressos. É autor do livro *Planejamento de Pesquisa* (amplamente adotado em cursos de metodologia, não só das áreas de educação e psicologia), tendo participado da organização de outras quatro obras. Além disso, faz parte do corpo editorial de cinco revistas e já orientou inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Na sala de aula, Sergio é o professor que modifica seus alunos, atuando com a diversidade de repertórios no limite do possível. Seus alunos o reconhecem como aquele que planeja cada passo, atento às necessidades de cada um.

Sergio sempre atuou para o estabelecimento, o fortalecimento e o reconhecimento da análise do comportamento na educação brasileira – sua maior preocupação. Questionado a respeito do futuro da análise do comportamento, afirma que existe a necessidade de a área se

Na sala de aula, Sergio é o professor que modifica seus alunos, atuando com a diversidade de repertórios no limite do possível. Seus alunos o reconhecem como aquele que planeja cada passo, atento às necessidades de cada um.

impor e se mostrar para ser reconhecida. Para ele, a maneira mais adequada seria demonstrando a eficiência de seus procedimentos.

Sergio defende o rompimento das explicações tradicionais por meio de demonstrações de resultados dos analistas do comportamento. Como exemplo, cita as pesquisas aplicadas dentro das escolas, destacando a participação dos professores como reconhecedores das



possibilidades da análise do comportamento, quando seus resultados evidenciam a fragilidade dos métodos vigentes.

Nascido em 1942, na cidade de Santos, litoral de São Paulo, Sergio mudou-se para a capital em 1961. Atualmente, reside no bairro de Vila Pompéia, próximo à PUC-SP, e costuma reclamar das buzinas geradas pelos semáforos que, ano após ano, foram instalados nas imediações de sua casa e da universidade.

Costuma concluir suas aulas com uma mensagem que queremos, diante da oportunidade, retribuir no encerramento deste breve e desprezioso relato. Diz ele: “Sejam todos muito felizes!”, e assim somos por tê-lo por perto. Desejamos, no mínimo, que ele seja muito feliz na continuidade de sua jornada! ■

**Cláudia Coimbra** é psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia da Educação pela PUC-SP.

**Fernando Cassas** é psicólogo, mestre em Psicologia Social e doutor em Psicologia Experimental pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, é terapeuta, professor e coordenador do Aprimoramento em Acompanhamento Terapêutico.

**Natália Matheus** é psicóloga, mestre em Psicologia Experimental e doutoranda em Psicologia da Educação pela PUC-SP, além de professora no Núcleo Paradigma.

**Denigés Régis Neto** é psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Experimental pela PUC-SP. Professor no Núcleo Paradigma e na PUC-SP, além de terapeuta no CeAC.

O **Cinema Paradigma** abre as portas do Núcleo Paradigma para a comunidade, oferecendo conhecimentos da psicologia, especialmente da análise do comportamento, para a compreensão dos fenômenos do cotidiano. Representa uma atividade de responsabilidade social, contribuindo mensalmente com doativos para entidades assistenciais.

O Cinema Paradigma utiliza filmes como meio de reflexão e interpretação de temas relevantes sob a ótica da teoria analítico-comportamental. A partir de boas obras do cinema, profissionais de destaque na análise do comportamento discutem temas de nossa cultura e sociedade. As datas são divulgadas no site, e a inscrição é um quilo de alimento não perecível, ou uma lata de leite em pó. Como as vagas são limitadas, solicitamos que os interessados se inscrevam com antecedência no nosso site.

Confira as datas no site:  
[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)

**cinema**

paradigma

# Matéria

## Análise do comportamento para além da psicologia

Dante Marino Malavazzi

Originária da psicologia, a análise do comportamento aos poucos rompe a fronteira dessa disciplina e estabelece diálogos com outras áreas do conhecimento. Hoje, a ciência do comportamento é aplicada em diferentes campos de atuação, por profissionais com as mais variadas formações.

Como procura ilustrar esta matéria, a tradicional divisão do conhecimento em três áreas – exatas, humanas e biológicas – parece frágil diante do potencial da análise do comportamento em extrapolar os limites convencionais e se reinventar na aplicação em diversos âmbitos.

Da psiquiatria à terapia ocupacional, do jornalismo à engenharia, há ainda uma infinidade de trocas a serem estabelecidas com a ciência do comportamento, como atesta o lançamento do Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada, oferecido pelo Núcleo Paradigma e recomendado pela CAPES.

O texto a seguir busca exemplificar alguns intercâmbios entre áreas do conhecimento supostamente apartadas. À primeira vista, todos

beneficiam-se dessa aproximação: os analistas do comportamento, os profissionais de outras áreas e os consumidores dos serviços prestados.

### Análise do Comportamento e Psiquiatria

A análise do comportamento e, em particular, a terapia analítico-comportamental ainda são pouco conhecidas na psiquiatria. A avaliação é de Francisco Lotufo Neto, psiquiatra e professor associado do Departamento de Psiquiatria

*A disseminação da terapia analítico-comportamental entre os psiquiatras beneficiaria, em última análise, os indivíduos com transtornos mentais.*

da Faculdade de Medicina da USP. Segundo ele, tal desconhecimento resulta de uma concepção distinta sobre evidência científica.

Enquanto a análise do comportamento privilegia o delineamento de sujeito único, a psiquiatria prioriza os estudos randomizados duplo-cegos, com amostra adequada. De acordo com Lotufo, os dados produzidos por meio de delineamentos de sujeito único costumam ser considerados pela psiquiatria “uma evidência menor, insuficiente, um pouco melhor que

um relato de caso”. Por esse motivo, a análise do comportamento não seria tão conhecida, tampouco devidamente valorizada na medicina.

No entanto, sublinha Lotufo, a disseminação da terapia analítico-comportamental entre os psiquiatras beneficiaria, em última análise, os indivíduos com transtornos mentais. Não por acaso, ele defende uma maior participação de analistas do comportamento em congressos médicos, inclusive com a apresentação de trabalhos. “Cabe a vocês, analistas do comportamento, mostrar a importância do behaviorismo radical para a prática médica e psiquiátrica”, alerta. Do contrário, acrescenta Lotufo, a terapia analítico-comportamental continuará sendo vista como uma técnica superficial e sintomática – uma vez que a maioria dos psiquiatras não conhece os conceitos básicos Skinnerianos, nem sabe o que é fazer uma avaliação funcional.

Lotufo ainda aponta outras duas medidas que contribuiriam ao fortalecimento da terapia analítico-comportamental na psiquiatria: (a) o desenvolvimento de pesquisas conforme as normas do CONSORT<sup>1</sup> e (b) a realização de *metanálises*, responsáveis por indicar os tratamentos de primeira escolha para diferentes problemas de comportamento. “Eis o grande desafio que os analistas do comportamento enfrentarão se quiserem que sua prática psicoterápica seja reconhecida no meio médico”, conclui.

### Análise do Comportamento e Terapia Ocupacional

Os conceitos e as técnicas da análise do comportamento também podem contribuir ao exercício clínico de outro profissional da saúde: o terapeuta ocupacional. Seu objetivo é recuperar, desenvolver ou manter a capacidade funcional de indivíduos com déficits neurológicos ou transtornos psiquiátricos, por exemplo.

“A intervenção do terapeuta ocupacional busca alterar o ambiente do cliente, ensinando cada passo das habilidades necessárias para promover sua autonomia”, explica Maria Carolina Martone, terapeuta ocupacional e coordenadora da Especialização em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo e ao Atraso no Desenvolvimento, no Núcleo Paradigma.

Martone ressalta a importância de compreender o comportamento humano de forma científica para realizar uma intervenção eficaz. Daí a relevância da análise do comportamento para aperfeiçoar a prática do terapeuta ocupacional. “Entender quais elementos do ambiente podem contribuir ao ensino de um novo comportamento, qual contexto dificulta sua instalação e quais as operações motivadoras subjacentes pode enriquecer muito a prática do terapeuta ocupacional”, afirma a coordenadora.

Assim, a exemplo de Lotufo na psiquiatria, Martone propõe a aproximação entre a análise do comportamento e a terapia ocupacional como uma iniciativa capaz de ampliar os benefícios à população atendida por profissionais da saúde. Ainda, recomenda: “O desenvolvimento de habilidades incipientes ou o fortalecimento daquelas já existentes deve se basear em reforçamento positivo abundante!”

### Análise do Comportamento e Jornalismo

A aplicação da análise do comportamento, entretanto, não se limita à área da saúde. Ela se estende à comunicação, como ilustra a trajetória profissional da jornalista Maria de Lima Wang. Após acumular 10 anos de experiência na área, ela iniciou o mestrado acadêmico no Programa de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento da PUC-SP. (Informalmente, esse programa é conhecido como PEXP.)

Wang justifica sua escolha, à época: “Considerava que estudar uma área de humanas diferente ampliaria minha compreensão sobre fenômenos relacionados ao jornalismo, isto é, o exercício do jornalismo se ampliaria se entendesse mais de comportamento humano”.

Ao final do primeiro semestre no PEX, lembra a jornalista, já havia esboçado com dois colegas um artigo posteriormente aceito para publicação na coletânea *Sobre Comportamento e Cognição*, atualmente denominada *Comportamento em Foco*. “Início promissor para uma ‘de fora’ como eu, graças às contingências de ensino dispostas pelo professor Roberto Banaco – na época, responsável pela disciplina História da Prática do Analista do Comportamento”, recorda Wang.

Encantada com o conhecimento adquirido sobre o comportamento humano, a jornalista analisou em sua dissertação interações verbais num blog jornalístico. Para isso, baseou-se tanto nos pressupostos de Skinner para o estudo da linguagem como num conjunto de autores de fora da análise do comportamento que estudam a chamada *cibercultura*. De modo semelhante, no doutorado, Wang investigou interações verbais sobre política em dois blogs jornalísticos, iniciando uma aproximação entre a abordagem de cultura de Sigrid Glenn e a do filósofo Jürgen Habermas, um dos principais expoentes da Escola de Frankfurt.

“Discuto em minha tese que uma comunidade verbal corre o risco de se fechar em torno de certas práticas e colocar em risco a própria

sobrevivência – disse Caetano que ‘narciso acha feio o que não é espelho’ – daí a importância de planejar contingências para estimular o diálogo entre diferentes comunidades”, observa.

Aconselhada por sua banca de doutorado a dar continuidade à pesquisa no pós-doutorado, a jornalista sintetiza da seguinte forma sua relação com a análise do comportamento:

“Parafrazeando o historiador Eric Hobsbawm, sou uma ‘de fora’ que também está dentro da análise do comportamento.

Participar de duas comunidades diferentes tem sido enriquecedor para minha carreira e demais dimensões de minha vida.”

“Parafrazeando o historiador Eric Hobsbawm, sou uma ‘de fora’ que também está dentro da análise do comportamento. Participar de duas comunidades diferentes tem sido enriquecedor para minha carreira e demais dimensões de minha vida.”

### Análise do Comportamento e Engenharia

Outra área de aplicação da análise do comportamento, também pouco conhecida dentro e

“A aplicação da análise do comportamento me ajudou a melhorar o desenvolvimento dos serviços online, usabilidade e implementação de controles de segurança que envolvem necessariamente o entendimento do comportamento humano de perceber, compreender e agir sobre os riscos e as ameaças que envolvem o ambiente cibernético, resultando em benefícios para todos.”

fora da abordagem, é a engenharia. Desta vez, quem aponta as contribuições da ciência do comportamento à sua profissão é o engenheiro Nelson Novaes Neto. Responsável pela segurança do maior portal de conteúdo e serviços do Brasil – o portal do grupo UOL -, ele ingressou no mestrado acadêmico do PEX em 2009.

O engenheiro afirma que o conhecimento adquirido na pós-graduação auxiliou-o a identificar as variáveis controladoras do comportamento de usuários da internet, bem como as contingências de reforçamento que os controlam, assegurando-lhe maior previsão e controle. “A aplicação da análise do comportamento me ajudou a melhorar o desenvolvimento dos serviços online, usabilidade e implementação de controles de segurança que envolvem necessariamente o entendimento do comportamento humano de perceber, compreender e agir sobre os riscos e as ameaças que envolvem o ambiente cibernético, resultando em benefícios para todos”, conta.

Segundo Neto, um dos principais desafios de quem desenvolve serviços para a internet é elaborar produtos online capazes de estimular e manter a interação entre os usuários, proporcionando retorno financeiro aos proprietários e satisfação aos consumidores de serviços. O engenheiro atua num cenário em expansão, para o qual os conhecimentos da análise do comportamento têm se mostrado valiosos.

“Em 2012, a internet atingiu a marca de 2.4 bilhões de pessoas conectadas. Isso indica um aumento do potencial de interação entre as pessoas, uma vez que a internet favorece a produção de episódios sociais”, explica. Assim como Wang no jornalismo, Neto é taxativo ao afirmar os benefícios da análise do comportamento à engenharia de segurança na internet.

Como se vê, as aplicações da análise do comportamento vão além do campo tradicional da psicologia. Esta matéria ilustrou algumas delas, outras tantas ainda estão por ser descobertas. Reforça-se aqui o convite feito no Editorial deste *Boletim Paradigma*: por meio de sua pós-graduação *strictu sensu*, o Núcleo Paradigma abre as portas aos profissionais das mais diferentes áreas de atuação, interessados

em conciliar uma formação acadêmica sólida a uma intervenção prática eficaz. ■

1 Para maiores informações, ler o artigo: Boutron, I., Moher, D., Altman D. G., Schulz, K. F., Ravaud, P. & CONSORT Group. (2008). Extending the CONSORT statement to randomized trials of nonpharmacologic treatment: Explanation and elaboration. *Annals of Intern Medicine*, 148, 295-309.

**Dante Marino Malavazzi** é jornalista, psicólogo e mestrando em Psicologia Experimental pela PUC-SP. Especialista em Clínica Analítico-Comportamental, é terapeuta, professor e supervisor clínico no Núcleo Paradigma. Editor-associado da revista *Perspectivas em Análise do Comportamento*.

# Análise do Comportamento Aplicada à Infância

## Consistência: Regra de ouro na educação

Lygia Dorigon e Ana Beatriz Chamati

O que é ser consistente? Pelo *Dicionário Aurélio*, ser consistente significa “ser firme, sólido, coerente na exposição de ideias”. Essa definição é bastante adequada para ser utilizada por psicólogos e educadores quando realizam orientação de pais.

Quando se trata de educar filhos, ser consistente implica correspondência entre aquilo que o adulto diz que a criança deve fazer e aquilo que a criança faz. Por exemplo, quando um pai solicita algo a seu filho, sua palavra vale para nortear claramente a conduta do filho.

Pais consistentes ensinam aos filhos o seguinte: diante de determinadas instruções, eles devem agir de uma forma; diante de outros pedidos, devem ter outro comportamento. Dito dessa forma parece óbvio. No entanto, observações cotidianas das relações entre pais e filhos revelam diversos exemplos do quanto isso pode ser difícil na prática. Ilustremos:

(a) A mãe pede ao filho para que ele arrume a cama antes de ir ao futebol. O filho permanece assistindo à televisão, até que se dá conta do horário e se arruma correndo para chegar a tempo no jogo. Quando bate à porta, a mãe percebe que a cama continua desarrumada e a funcionária da casa faz o serviço pela criança.

(b) A filha se aproxima do botão da geladeira que aciona a saída de água. A mãe diz que ela não pode mexer ali. A criança aperta o botão e molha a cozinha. A mãe sorri, reafirma que a criança agiu inadequadamente e só então retira a criança da cozinha.

(c) O menino pede ao pai que o presenteie com um *game*. O pai diz que não lhe dará o presente naquele momento porque está sem dinheiro. O menino insiste; o pai nega. O filho insiste, insiste, insiste, até que o pai se cansa, pois não quer que aquilo atrapalhe o passeio da família. Ele dá o *game* ao filho com a condição de que ele não peça mais nada dali para frente.

Nesses exemplos comuns e corriqueiros, não há correspondência entre o que o adulto estabelece que deva ser feito e o que a criança faz. É verdade que na vida prática nem sempre é possível agir da forma esperada. Ser consistente dá trabalho porque exige que os pais monitorem tanto o que eles dizem quanto o que os filhos fazem com aquilo que foi dito.

Além disso, é impossível para os pais controlarem todos os comportamentos dos filhos. Tampouco é possível ser consistente em todos eles. Contudo, o problema na educação dos

filhos nunca é o que ocorre excepcionalmente, mas sim aquilo que se torna regra. Assim, quando a regra que vale em casa é aquela que o filho quer, quando a última palavra (ou a ação final) é sempre dada pelo filho, os problemas necessariamente aparecem.

Os pais precisam garantir que seus pedidos e instruções funcionem. Isto é, precisam certificar-se de que aquilo que estabelecem como regra leva seu filho a agir exatamente como foi solicitado. Dizer *não* a uma criança precisa vir seguido de uma ação de bloqueio e de impedimento por parte dos pais.

Dizer ao filho que ele pode fazer algo depois que termine a lição precisa vir seguido da ação do pai de checar a lição antes de liberar o que o filho quer. Negar um pedido ao filho deve continuar valendo mesmo que o filho seja insistente e, por vezes, chato. Pedir ao filho que arrume a cama antes do futebol precisa vir seguido de uma ação da mãe de monitoramento do comportamento do filho, para garantir que ele só irá ao futebol depois de ter feito o que foi pedido.

Uma postura firme e restritiva (não punitiva!) dos pais favorece o aprendizado da criança. Os filhos aprendem a se comportar da forma esperada em cada situação porque foram expostos a várias situações em que houve correspondência entre o que os pais disseram que era para ser feito e o que exigiram em seguida. A criança aprende a obedecer porque seu comportamento correspondente à solicitação dos pais foi reforçado. Além disso, a criança aprende a escolher, uma vez que já sabe as consequências estabelecidas para cada comportamento.

Filhos desobedientes têm frequentemente na sua história de vida diversos episódios em que os pais não mantiveram a regra, não monitoraram a ação do filho e não o levaram a agir de acordo com o que foi estabelecido. A intermitência dos pais nas regras cotidianas en-

sina as crianças a insistirem no que desejam. Quanto maior a história de educação de uma criança nesses moldes, maior o repertório da criança para persistir em conseguir o que quer.

Ser consistente é diferente de ser duro e inflexível. Deixar claro o que é esperado de uma criança não precisa ser acompanhado de bronca ou de restrição ao diálogo. É possível ser firme e, ao mesmo tempo, permitir ao filho negociar. É possível que, em certos momentos, a regra não seja cumprida. Todavia, essa decisão deve ser deliberada e escolhida pelos pais como forma de recompensar o padrão de “bom” comportamento da criança. Abrir mão de uma regra como forma de recompensar o padrão de obediência da criança é diferente de permitir que ela descumpra as regras por decisão própria.

Adotar uma postura sólida que indique aos filhos quando podem agir de determinada forma e quando não podem ajuda-os a moldar adequadamente seus comportamentos, ensina-os a serem obedientes e faz com que parem de testar o tempo todo até conseguirem aquilo que querem, na hora que desejam e do jeito que preferem. ■

**Lygia Dorigon** é psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia Experimental pela PUC-SP. No Núcleo Paradigma, é terapeuta, coordenadora da Especialização em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo e ao Atraso no Desenvolvimento, professora e supervisora da Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil.

**Ana Beatriz Chamati** é psicóloga pelo Mackenzie-SP, mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP e especialista em Clínica Analítico-Comportamental pelo Núcleo Paradigma. No Núcleo Paradigma, é terapeuta, professora e supervisora da Formação em Clínica Analítico-Comportamental Infantil.

# Comportamento em Cena

## *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas:* Um convite à reflexão sobre a relação entre pais e filhos

Denis Roberto Zamignani e Roberto Alves Banaco



“Um homem conta suas histórias tantas vezes . . . que se torna uma de suas histórias. Elas sobrevivem a ele. E, dessa forma, ele se torna imortal.”

Dirigido por Tim Burton, o filme *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas* baseia-se num livro infantil do escritor americano Daniel Wallace, intitulado *Big Fish: A Novel of Mythic Proportions*. Com roteiro de John August e elenco formado por Ewan McGregor, Albert Finney, Billy Crudup, Jessica Lange, Marion Cotillard e Helena Bonham Carter, o filme conta a história de Edward Bloom, um caixeiro-viajante e grande contador de histórias. William Bloom é seu filho, um jornalista que não aceita as histórias do pai – sempre fantasiosas e recheadas de imagens absurdas e exageradas -, tampouco seu comportamento autorreferente. O rompimento

da relação pai-filho ocorre no dia do casamento de William, quando seu pai “rouba a cena” contando mais uma vez uma história incrível sobre o nascimento do filho.

É impossível não se emocionar com a forma como o diretor trata uma questão familiar a muitos espectadores: a relação conflituosa com um (ou ambos) dos pais e a tentativa de resgate dessa relação quando se avista a possibilidade de sua perda. Ao retratar a história de Edward, na qual realidade e fantasia são quase indistintas, o filme também oferece uma maravilhosa metáfora sobre a construção da identidade e a tênue relação que estabelecemos com a realidade no processo de construção do eu.

Começamos nossa reflexão levantando algumas características do próprio diretor . . . Timothy William Burton nasceu em Burbank, no dia 25 de agosto de 1958. É o primeiro de dois filhos de Bill Burton e Jean Erickson. Burton costuma relatar que sua infância foi bastante difícil, especialmente a vida doméstica e a escola. Os filmes de terror e os livros sombrios eram refúgios contra a dura realidade do cotidiano. Seu relacionamento com o pai foi bastante conturbado, tanto que aos 12 anos saiu da casa dos pais para viver com a avó. O diretor reconhece que dirigir o filme *Peixe Grande e Suas Histórias Maravilhosas* foi bastante terapêutico para ele.

Edward Bloom é uma personagem que conta sua história de forma pitoresca, acrescentando detalhes fantasiosos e épicos. Sua vida “real”, no



entanto, parece bastante trivial . . . é um caixeiro-viajante que, em função do trabalho, convive muito pouco com a esposa e o filho. A história de problemas de saúde na infância teria, provavelmente, dificultado sua integração social. O recurso à fantasia, assim como o relatado pelo diretor Tim Burton, parece um refúgio perante uma condição de vida de poucas gratificações. Mas é na fantasia também que Bloom alcança um de seus reforçadores mais significativos: a popularidade. Apesar de algumas nítidas demonstrações de desconforto por parte do filho, a comunidade com a qual Edward convive – inclusive sua esposa – parece valorizar muito seu

Você já pensou bem sobre como você aprendeu a falar de si mesmo? Quem é você? Como cada experiência concreta - e efêmera - vivida por você é traduzida num "senso de eu" que parece relativamente permanente? É aí que realidade e ficção começam a se entrelaçar mais do que a gente gostaria de se dar conta . . .

comportamento carismático e suas histórias. (A ponto, inclusive, de fantasia e realidade se confundirem e o interlocutor se questionar quem seria o “verdadeiro” Edward Bloom.)

Compreendido assim, podemos ver o comportamento de Bloom como algo muito distante

do que seria esperado para uma pessoa “real”. Será mesmo? Você já pensou bem sobre como você aprendeu a falar de si mesmo? Quem é você? Como cada experiência concreta – e efêmera – vivida por você é traduzida num “senso de eu” que parece relativamente permanente? É aí que realidade e ficção começam a se entrelaçar mais do que a gente gostaria de se dar conta . . .

Estamos o tempo todo vivendo experiências, num contínuo e infindável processo de interação com o mundo. Cada experiência poderia se perder em si mesma, não fosse nossa capacidade de observar nossa trajetória e de tecer uma invisível teia que “costura” as experiências, relacionando-as com as muitas outras histórias vividas, comparando-as com histórias de outras pessoas e com as metas que nós mesmos estabelecemos. Essa “teia” não é mais que o comportamento verbal. É por meio dele que são construídos o sentido

e o significado da experiência e o sentido que temos de nós mesmos ao vivê-las.<sup>1</sup>

Mas, se o que sabemos e dizemos sobre nós mesmos é não mais que comportamento verbal, um relato de nós mesmos sobre nós mesmos, o eu é então uma ficção, um conto tão bem engen-



drado que o próprio autor se funde e se confunde com ele. Nisso, a personagem construída por Edward Bloom não é tão distante da personagem que construímos sobre nós mesmos.

Aí entra o importante papel do grupo social: ao tecer a história de nosso eu, precisamos que a personagem construída seja aceita pela comunidade. A história narrada necessita ser coerente e consistente; caso contrário, o grupo reage às discrepâncias excluindo e ridicularizando o autor/personagem. Na história do filme, William Bloom representa a parte da comunidade que não tolera as incoerências entre a vida observada e a narrativa de seu pai, punindo-o com a exclusão. Contudo, ao fazer isso, cria uma grande lacuna em sua própria história, que precisa ser resgatada quando ele mesmo se vê na iminência de exercer o papel de pai.

O conflito vivido por Edward e William é universal. Por isso, a temática do filme é tão tocante. Como quase toda criança, William teve enorme admiração pelo pai, até que começou a crescer e a reconhecer que o pai apresentava muitas falhas e incongruências. O pai, por sua vez, ausente durante boa parte da infância do filho, não o conhecia suficientemente para perceber suas reais necessidades, criando-se aos poucos um grande abismo de comunicação. Desacreditado pelo filho, Edward não é capaz de encontrar uma forma de comunicação efetiva com William que, por sua vez, sente-se enganado e preterido: “Eu sou a nota de rodapé da sua história. O contexto de sua grande aventura que nunca aconteceu.”

O seguinte diálogo ilustra a enorme dificuldade de comunicação e, ao mesmo tempo, o elo para a possibilidade de reconciliação. William: “Escuta . . . estou prestes a ter um filho e seria mortal para mim se ele passasse a vida inteira sem me entender . . .”. Edward, sarcástico: “Mortal para você?!”

A possibilidade de perda de seu pai e a ternura que brota da iminência da morte levam William a atender ao último pedido de Edward, acompanhando o pai em seu delírio final. Nele, Edward assiste feliz a toda a sua trajetória de vida. Esta, ainda que nesse momento não faça sentido para William, obriga-o a descobrir a parte “sombria” da história do pai – na verdade, o elo que dá sentido à teia narrativa que lhe causava tanta estranheza.

As personagens fantasiosas que habitavam as não menos fantásticas histórias que Edward contava revelam-se pessoas reais em seu funeral, no qual William se dá conta do quanto seu pai foi amado por todos (talvez menos por ele) e do quanto seu pai foi criativo e levou a fantasia no bom sentido à sua própria vida. Agora, William pode entender por que sua mãe foi capaz de amar tão profundamente aquele homem que aparentemente o “deixou de lado” durante seu crescimento. Tal experiência lhe permite compreender e olhar com empatia para as limitações e idiossincrasias de Edward.

Ao validar a narrativa de alguém que é, necessariamente, parte de sua própria história, William pode também validar e ver coerência em sua própria vida. A paternidade agora talvez não lhe pareça mais tão assustadora porque, assim como foi possível resgatar o relacionamento rompido com seu pai, o futuro pode lhe dedicar a mesma benevolência.

Poderíamos falar sobre *Peixe Grande* como uma jornada pessoal de uma ou duas personagens, mas, à medida que a história nos fala tão de perto, não é possível ignorar que estamos tratando do entrelaçamento de muitas histórias – a história do próprio diretor Tim Burton e também a de cada um de nós, que se emociona ao encontrar nas aventuras e desventuras das personagens um pouquinho de nós mesmos, um pouco de nossa própria obra de ficção. ■

1 Essa perspectiva do eu como narrativa é brilhantemente discutida por Marino Pérez-Álvarez, no capítulo “Para uma Reconsideração do Eu”, do livro: Pérez-Álvarez, M. P. (1996). *La psicoterapia desde el punto de vista conductista*. Madrid, Espanha: Editorial Biblioteca Nueva.

### Referências

Pérez-Álvarez, M. P. (1996). *La psicoterapia desde el punto de vista conductista*. Madrid, Espanha: Editorial Biblioteca Nueva.

**Denis Roberto Zamignani** é coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada, professor e supervisor da Especialização em Clínica Analítico-Comportamental e do Aprimoramento em Terapia de Grupo, Casal e Família, no Núcleo Paradigma.

**Roberto Alves Banaco** é coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Análise do Comportamento Aplicada, coordenador, professor e supervisor da Especialização em Clínica Analítico-Comportamental e do Aprimoramento em Terapia de Grupo, Casal e Família, no Núcleo Paradigma.

## CURSO DE APRIMORAMENTO EM ORIENTAÇÃO PARENTAL: ANÁLISES E PROCEDIMENTOS

Uma parceria entre o Núcleo Paradigma e a Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP

Coordenação  
**ANA BEATRIZ D. CHAMATI**

Público-alvo  
profissionais e estudantes das áreas da saúde e educação

Horário das aulas e supervisões  
Sextas-feiras, quinzenalmente, das 8h às 12h15

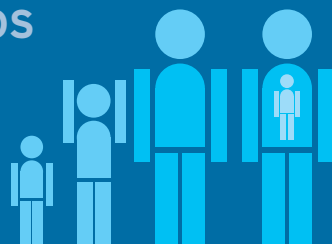
Carga horária  
**160 horas/aula**

Sendo:

**40 horas** de aula teórica

**40 horas** de supervisão

**80 horas** de estágio supervisionado em equipe multiprofissional na UPIA (Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência da UNIFESP)



### Corpo docente

Ana Beatriz D. Chamati, Ana Carolina Macchione, Bia Alckmin, Cláudia Sartori Zaclis, Cássia Leal da Hora, Daniel Del Rey, Giovana Del Prette, Jaíde Regra, Joana Singer Vermes, Lygia Dorigon, Mateus Brasileiro, Miriam Marinoti, Roberto Banaco

parceria:



núcleo  
**paradigma**  
análise do comportamento

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)

Rua Wanderley, 611  
Perdizes - São Paulo/SP  
Tel. 11 3864 9732

# Análise do Comportamento e Sociedade

## Breve reflexão sobre análise do comportamento e sustentabilidade

Candido Pessôa

Recentemente, me envolvi numa enrascada. Para sair dela, tentei fazer como Skinner, de 1953 a 1974: transformar um problema numa questão. Descrevo primeiro a enrascada: há algum tempo, fui convidado para assumir uma disciplina chamada Fundamentos Filosóficos da Relação Ser Humano-Natureza, do curso de especialização Meio Ambiente e Sociedade, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Com a disciplina, herdei uma bibliografia que apresentava uma crítica à atuação dos analistas do comportamento sobre a questão ambiental: teríamos soluções apenas técnicas para um assunto profundamente ideológico (Layargues, 2004).

O ponto em questão se referia às tecnologias de aumento da reciclagem. Para Layargues (2004), ao se desenvolver essas tecnologias sem uma análise crítica de que o beneficiário delas é muito mais a indústria que compra o insumo no final da cadeia do que a sociedade que recicla, não se está contribuindo com a sustentabilidade. No limite, poderíamos até comprometê-la, ao tranquilizarmos indevidamente os consumidores, os quais podem aumentar seu

consumo por achar que reciclar basta. Crítica fácil de rebater ou se esquivar. Mas não se você foi orientando de Tereza Maria de Azevedo Pires Sérico, nossa querida Teia. Nesse caso, tem-se de enfrentar . . .

Primeiro, fui verificar se era mesmo verdade o que foi dito, que a tecnologia estava sendo construída da forma falada. Ao que parece, em certo ponto, é assim mesmo. Muito mais pesquisas sobre reciclar do que sobre reduzir ou reutilizar. Mas há dessas outras também. Mais comprometedor é o fato de as pesquisas sobre reciclagem estarem deixando de levar em conta a produção de lixo total, registrando apenas a produção relativa. Esses dados ainda não foram coletados de forma sistemática, mas já sei que posso afirmar isso, infelizmente.

Por outro lado, temos muitas ações no sentido certo. Por exemplo, no que tange à educação e a preocupações ideológicas, “apenas” em *Sobre o Behaviorismo* (Skinner, 1974/2003) e em *Para Além da Liberdade e da Dignidade* (Skinner, 1971/2000), temos dezenas de citações possíveis; há também o grupo *Behavior Analysis for Sustainable Societies* (<http://baforsustainablesocieties.blogspot.com.br/>), promovido pela

*Association for Behavior Analysis International (ABAI)*; está-se construindo ainda uma base teórica comportamental para uma tecnologia de intervenção mais eficaz (e.g., Mallott & Glenn, 2006), a qual, dada a direção certa, pode sim construir uma sociedade, ou melhor, uma humanidade sustentável. Fica o alerta: ouçamos as críticas e aproveitemo-nos delas. ■

**Candido Pessoa** é administrador pela FGV-SP, mestre em Psicologia Experimental pela PUC-SP e doutor em Psicologia Experimental pela USP. Professor no Núcleo Paradigma e na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

## Referências

Layargues, P. (2002). O cinismo da reciclagem: O significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. Em F. Loureiro, P. Layargues & R. Castro (Orgs.), *Educação ambiental: Repensando o espaço da cidadania* (pp. 179-220). São Paulo: Cortez.

Malott, M. & Glenn, S. S. (2006). Targets of intervention in cultural and behavioral change. *Behavior and Social Issues*, 15, 31-56.

Skinner, B. F. (2000). Para além da liberdade e da dignidade (J. L. D. Peixoto, Trad.). Lisboa, Portugal: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1971.)

Skinner, B. F. (2003). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1974.)

# perspectivas

## em análise do comportamento

2012 ■ ISSN 2177-3548

**Nota B2, pela avaliação Qualis/CAPES**

Análise do comportamento, behaviorismo radical, ciência do comportamento, práticas culturais, clínica analítico-comportamental, áreas de aplicação da análise do comportamento, ensino de análise do comportamento, interface com ciências biológicas e metodologia em análise do comportamento

**Linha editorial ampliada: aceita relatos de pesquisa aplicada.**

especialização em

# CLÍNICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

curso credenciado junto ao Conselho Federal de Psicologia

coordenação

**ROBERTO ALVES BANACO**  
**YARA CLARO NICO**

Integração entre filosofia, teoria e técnica  
para uma formação de excelência

Corpo docente de altíssimo nível

Conteúdo apresentado de forma gradual em  
13 disciplinas

público-alvo

psicólogos e médicos  
com residência em  
psiquiatria

programa

quatro módulos semestrais com  
**550 horas**, distribuídas em:  
**120 horas** de supervisão (30 horas por módulo)  
**60 horas** de atendimento clínico  
**370 horas** de disciplinas teóricas e  
orientação de monografia

Inscrições abertas  
para as turmas de  
fevereiro de 2014

dias e horários

aulas quinzenalmente, sextas  
das 19h15 às 22h15 e sábados das 8h30 às 18h30

horário de supervisão quinzenalmente, sextas  
das 16h às 19h ou segundas ou quintas,  
das 19h às 22h



núcleo

**paradigma**

análise do comportamento

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)

Rua Wanderley, 611

Perdizes - São Paulo/SP

Tel. 11 3864 9732

CRP 06/3118-J



# MESTRADO PROFISSIONAL EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA

PRIMEIRO MESTRADO PROFISSIONAL  
RECOMENDADO PELA CAPES NA ÁREA DE PSICOLOGIA

- PÚBLICO-ALVO**
- Cultura
  - Desenvolvimento Atípico
  - Desenvolvimento Sustentável
  - Economia Comportamental
  - Educação
  - Marketing
  - Organizações
  - Processos Grupais
  - Psicologia Ambiental
  - Psicologia Clínica
  - Psicologia do Esporte e da Atividade Física
  - Saúde
  - Segurança
  - Segurança no Trabalho

**ESTRUTURA DO CURSO**  
30 créditos (15 horas cada)  
distribuídos dentre as  
seguintes atividades:

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 9 créditos  
DISCIPLINAS ELETIVAS: 6 créditos  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO: 9 créditos  
FORMAÇÃO COMPLEMENTAR OBRIGATÓRIA: 6 créditos

**COORDENAÇÃO** Dr. Roberto Alves Banaco e Dr. Denis Roberto Zamignani  
**INÍCIO** Março de 2014  
**DURAÇÃO** 4 semestres  
**AULAS** 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> / Períodos vespertino e noturno



núcleo  
**paradigma**

análise do comportamento

[www.nucleoparadigma.com.br](http://www.nucleoparadigma.com.br)

